



FACES DA DESIGUALDADE NO BRASIL

Um olhar sobre os que ficam para trás

Tereza Campello
Coordenação Geral

Faces da Desigualdade no Brasil

Um olhar sobre os que ficam para trás

Coordenação Geral
Tereza Campello



Brasil | 2017

Faces da desigualdade no Brasil de **Tereza Campello** está licenciado com uma Licença **Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional**.



Tiragem 300 exemplares
Impressão Gráfica Stamppa

Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás /
Coordenação geral de Tereza Campello. -- Brasília, DF: Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais; Conselho Latino-Americano de Ciências
Sociais, 2017.
78p.: il.
ISBN: 978-85-60379-47-7

1. Desigualdade social, Brasil. 2. Exclusão social, Brasil. 3.
Desenvolvimento social, Brasil. 4. Políticas sociais, Brasil. 5. Inclusão social,
avanços, Brasil. I. Campello, Tereza. II. Programa Agenda Igualdade.

CDU 364-25(81)

A publicação ***Faces da Desigualdade no Brasil*** constitui uma das contribuições ao Programa Agenda Igualdade desenvolvido pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, FLACSO Sede Brasil, e o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, CLACSO, e contou com apoio da Fundação Ford.

As análises abordadas nesta publicação buscam reter parte dos avanços brasileiros na redução das desigualdades durante o período 2002-2015, além da perspectiva de renda. É um olhar para a parte meio cheia do copo.

Os dados sobre o Brasil refletem transformações relevantes ocorridas e partem do reconhecimento que ainda somos um dos países mais desiguais do mundo. Entretanto, se busca refletir sobre as conquistas democráticas alcançadas nos últimos anos, tentando compreender lacunas, limites e desafios que os governos progressistas enfrentaram para avançar na promoção de políticas de redução da injustiça social e das desigualdades estruturais existentes no País e na região.

A íntegra do material foi apresentada no Colóquio Internacional promovido pelo CLACSO, denominado “O desafio da igualdade no Brasil e na América Latina”, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 27 e 28 de novembro de 2017.

Coordenação geral, análise dos dados e textos

Tereza Campello

Coordenação editorial e textos

Monica Rodrigues

Produção dos dados

Marconi Fernandes de Sousa

Produção dos dados de saúde

Allan Nuno Alves de Sousa

Projeto gráfico e diagramação

Gabriel Rizzo Hoewell

Revisão

Monica Rodrigues e Marconi Fernandes de Sousa

Agradecimentos

Paulo Jannuzzi, Márcia Muchagata, Luciana Jaccoud, Janine Mello e Esther Dweck pela leitura crítica e apontamentos valiosos ao conteúdo deste material.





Ricardo Stuckert

Imagem da capa

O fotógrafo Ricardo Stuckert gentilmente cedeu a imagem que compõe a capa desta publicação.

A foto aérea, em sua versão original publicada nas páginas anteriores, registra o acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em São Bernardo do Campo/SP, registra a ocupação com mais de sete mil pessoas lutando por moradia digna em um terreno que estava abandonado, sem cumprir função social por 40 anos, e que acumula uma dívida milionária em impostos. Ao lado das barracas, edifícios residenciais de alto padrão.

É uma cena representativa do olhar que abordamos nos dados aqui sintetizados. Um olhar para os invisíveis, um olhar para os que ficam para trás no acesso aos direitos fundamentais.

Sumário

As múltiplas faces da desigualdade	10
<i>Tereza Campello e Pablo Gentili</i>	
Considerações metodológicas:	16
Como foram construídos estes números	
<i>Tereza Campello, Monica Rodrigues e Marconi Fernandes de Sousa</i>	
Educação	18
<i>Educação, um direito possível para todos</i>	
Infraestrutura	26
<i>Água, saneamento e energia: ampliação de serviços essenciais</i>	
Habitação	34
<i>Conquista da moradia digna e qualidade de vida</i>	
Bens de consumo	38
<i>Acesso que promove direitos</i>	
Desigualdade racial	46
<i>Acesso a políticas universais na busca por equidade</i>	
Saúde	56
<i>Redução das faces da desigualdade impacta a saúde</i>	
Renda, pobreza e desigualdade	62
<i>Por um desenvolvimento com inclusão</i>	
Pobreza multidimensional	68
<i>A aproximação dos vários brasis</i>	
Lista de gráficos	74
Lista de autores	77

As múltiplas faces da desigualdade

Tereza Campello¹ e Pablo Gentili²

O Brasil vivenciou uma inédita e sistemática queda da desigualdade no período recente, mas continua a ocupar a posição de um dos países mais desiguais do mundo. A expectativa, com os dados apresentados nesta publicação, é mostrar como foi possível, em pouco mais de uma década, alterar situações de desigualdade dadas como irreversíveis, e, principalmente, impactar o senso comum que naturaliza a pobreza e a desigualdade e que acaba por imobilizar e desmobilizar parte da sociedade na luta por direitos.

Mas qual dimensão de desigualdade estamos falando? Dependendo do enfoque ou situação, pode-se registrar uma face da desigualdade como sendo a que mais indigna, comove, ou mesmo, a que teoricamente se considera mais relevante.

Nossa opção foi enfrentar as lacunas do debate sobre a desigualdade em países como o Brasil, onde uma parcela importante da população é excluída de direitos básicos. Propomos uma reflexão sobre a desigualdade como um fenômeno multidimensional e relacional, indo além de abordagens recorrentemente discutidas.

A mensuração de desigualdade mais conhecida é a da concentração de renda apurada pelo Coeficiente de Gini. Ela aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos e vem cumprindo um papel inegável, ao expor uma das faces mais estruturantes do fenômeno, a desigualdade

de renda. Também é relevante por apoiar análises comparadas entre países. Entretanto, apresenta limitações por olhar um único aspecto do problema: a renda monetária. É importante destacar as dificuldades do Coeficiente Gini, apurado a partir da PNAD³, em capturar os indicadores de riqueza e ganhos de capital do topo da pirâmide, ou seja, a riqueza e a renda decorrentes.

Propomos uma reflexão sobre a desigualdade como fenômeno multidimensional e relacional, indo além de abordagens recorrentemente discutidas.

Considerando o Coeficiente de Gini, os dados são claros ao evidenciar uma queda na desigualdade de renda no período de 2002 a 2015, em patamares e com uma qualidade como não havia ocorrido na história brasileira. Durante o período, a riqueza acumulada no país aumentou e, ainda que a renda de todos os quintis tenha se ampliado significativamente, a renda dos mais pobres (primeiro e segundo quintis) aumentou mais do que a do

resto da população. O processo reverteu uma tendência à concentração de renda que vivia o Brasil desde a ditadura militar e que ficou estagnada no início do período democrático. Entre 1980 e 2001, o Coeficiente de Gini ficou congelado no elevado patamar de 0,59, caindo, em 2015, ao seu nível mais baixo, 0,49.

O Brasil, a partir de 2003, ainda que mantendo níveis profundos de desigualdade, começou a reverter um ciclo histórico de injustiça social, marcado pela crescente exclusão dos mais pobres e pela concentração de privilégios nos setores mais ricos da sociedade. O aumento real do salário mínimo, a crescente formalização do mercado de trabalho, a incorporação dos mais pobres ao orçamento federal, através de políticas de inclusão social e distribuição efetiva de renda, e a promoção de uma política social integrada, explicam, em boa medida, essa transformação.

Recentemente, a Oxfam Brasil produziu o relatório *A distância que nos une – um retrato das desigualdades brasileiras*⁴. É uma abordagem distinta da gerada pelo Coeficiente de Gini, e que desnuda números sobre a concentração de renda e riqueza no Brasil. Um dos achados é que “Apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%.”

Outra abordagem recente foi apresentada no estudo do *World Wealth & Income Database*⁵ que explicita os níveis históricos de desigualdade de riqueza no Brasil, combinando as informações do Imposto de Renda de Pessoa Física com as pesquisas domiciliares e as contas nacionais, e, neste caso, valorizando os dados do ponto de vista do patrimônio acumulado pelos ricos. Esta dimensão é especialmente relevante ao considerar a concentração/estoque

de riqueza entre os ricos. Estudos de desigualdade de rendimentos declarados no Imposto de Renda podem conseguir captar melhor a renda proveniente de aplicações financeiras, aluguéis e outras rendas patrimoniais que nas pesquisas domiciliares. Nesse sentido, tendem a refletir uma dimensão oculta que é a desigualdade de patrimônio, certamente maior que a de renda no Brasil. O estudo de Marc Morgan revela que a concentração de riqueza no topo da pirâmide social entre 2001 e 2015 permaneceu inalterada.

No caso do Brasil e de países com uma expressiva parcela da população pobre, todavia, o uso apenas da metodologia acima é insuficiente para explicar o que de fato ocorre com a camada mais vulnerável da população, por dois motivos: 1) na sua quase totalidade estes instrumentos não captam a realidade nas faixas mais baixas de renda e os pobres continuam, portanto, excluídos das estatísticas sobre desigualdade

Estudos de desigualdade de rendimentos declarados no Imposto de Renda podem estar captando melhor a renda proveniente de aplicações financeiras, aluguéis e outras rendas patrimoniais que nas pesquisas domiciliares.

ou diluídos em uma abordagem geral; 2) o nível de exclusão a que estão submetidos não é só o de acumulação de riqueza. Estão excluídos de praticamente todo o acesso a direitos, bens e serviços produzidos pelo conjunto da sociedade.

O Relatório da Comissão sobre Medição do Desempenho Econômico e Progresso Social instituída pela União Europeia em 2008, coordenado por Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, apontam as limitações da comparação entre o Produto Interno Bruto e rendimentos entre países, em função dos distintos bens e serviços públicos assegurados aos cidadãos em diferentes contextos. Esta análise corrobora com as preocupações apresentadas nesta publicação. Os autores chamam a atenção para a dificuldade de comparar, por exemplo, gastos com saúde entre EUA e França, serviço largamente privado no primeiro, e público no segundo. Nos levantamentos dos países que decidem ampliar a oferta pública de alimentação escolar, educação, saúde e assistência social há que considerar a “gratuidade” do acesso em relação à necessidade de compra de serviços nos demais países, em que essa oferta não é generalizada. Assim, a análise da desigualdade de renda pode não estar incorporando uma parte expressiva do bem-estar que não é comprado no mercado, mas provido pelo Estado.

É absolutamente importante discutir a desigualdade do ponto de vista da renda, olhando o estoque de capital e o patrimônio acumulado pelos ricos. No entanto, o olhar sobre a desigualdade não pode ignorar a necessidade de superar a assimetria de acesso a bens e serviços. Uma parcela expressiva da população vem vivendo à margem de condições mínimas de vida. Elevá-las a um patamar de dignidade não pode ser considerado um valor secundário no debate sobre desigualdade. Esse tema

O olhar sobre a desigualdade não pode ignorar a necessidade de superar a assimetria de acesso a bens e serviços

é, sem dúvida, um dos mais relevantes aprendizados e evidências do período de conquistas sociais que o Brasil viveu recentemente.

A agenda sobre desigualdade deve assumir que as diferenças não são só entre os que vem acumulando riqueza de forma absolutamente desproporcional e os demais brasileiros. Os não ricos não constituem uma população homogênea e a dinâmica que reproduz a acumulação capitalista é mais complexa.

Neste estudo, queremos adicionar ao escopo da análise econômica, uma perspectiva mais humanizada sobre as faces que a desigualdade pode assumir numa sociedade como a nossa, agregando empatia ao debate e ampliando uma visão crítica que apoie a compreensão sobre as múltiplas situações de privações de direitos e as políticas que podem contribuir estrategicamente na mitigação das desigualdades. Trata-se de assumir um enfoque que permita analisar as desigualdades da perspectiva dos excluídos e das pessoas em situação de extrema pobreza.

Há questões determinantes aqui. O acesso – ou o não acesso – à água, saneamento, energia, educação, saúde, moradia e bens de consumo como geladeira, telefone, dentre outros, não são dimensões periféricas da desigualdade. A urgência e a prioridade de acesso a estes direitos aos mais pobres podem ocorrer concomitantemente às mudanças estruturais que demandam tempo de implementação, ou seja, são a longo prazo.

Esta publicação ganha atualidade no contexto nacional, onde a revelia do que apontam os estudos sobre desigualdade, citados anteriormente, há uma leitura tendenciosa por parte da imprensa que insiste em desqualificar o processo de inclusão e redução da injustiça social no período recente em que o Brasil foi governado por forças progressistas. São narrativas contaminadas pelo ambiente de disputa política e que têm ocultado importantes avanços que impactaram os mais pobres, os negros, as mulheres, os nordestinos e nortistas, os que moram nas periferias, os invisíveis do campo, entre tantos outros brasileiros.

A distância no acesso a direitos e oportunidades é uma janela a ser observada. O que para parte da população é um bem de consumo, para os mais pobres é um “não direito” e um limitante muitas vezes estrutural às suas oportunidades de desenvolvimento. O que para alguns é mais uma forma de acesso diversificado a uma ampla oferta de conforto e bem-estar, para outros, é a base de oportunidades elementares, cuja ausência acaba negando direitos fundamentais e, até mesmo, a possibilidade de uma vida digna e segura. Uma visão reducionista da desigualdade conduz sempre a uma visão reducionista da emancipação e da liberdade humana.

A busca pela desnaturalização da desigualdade passa pela conscientização de que se

trata de um conjunto de injustiças. A desigualdade social é sempre uma relação política, passível de ser enfrentada pela ação do Estado e afirmada pelas lutas coletivas por direitos, cujo efeito democrático pode ser desestabilizador de privilégios historicamente reproduzidos pelas elites.

Estamos falando de milhões e milhões de pessoas. Entre 2002 e 2015 foram 12 milhões de famílias negras cujos pais e mães passaram a ter ensino fundamental completo, 22 milhões de lares a ter acesso a água de qualidade, 24 milhões de domicílios a possuir geladeira. Não tinham e passaram a ter.

Neste sentido, o conceito de “bem de capital” é relativo quando, por exemplo, refletimos sobre o que é um investimento para um agricultor familiar pobre com uma pequena propriedade no semiárido brasileiro. Ter uma cisterna, acessar energia elétrica e dispor de crédito para sua produção podem significar a diferença entre passar fome ou não, se manter em sua terra, produzir e viver com dignidade, gerar um excedente, ou abandoná-la acarretando mais pobreza nos grandes centros urbanos e mais concentração fundiária no campo.

Estes bens não são contabilizados nas estatísticas que avaliam patrimônio e renda. Como mensurar esses ganhos para compreender a redução da desigualdade que operou nas periferias, no campo e no interior do Brasil durante os últimos anos?

Essa é uma das perguntas que orientou este trabalho. Enxergar outras faces da desigualdade no acesso a direitos, bens e serviços e refletir sobre o que aconteceu com parte relevante da população brasileira em pouco mais de uma década, marcada por profundas transformações sociais. Nos motiva compreender melhor onde estão localizados estes avanços, quais segmentos

Enxergar outras faces da desigualdade no acesso a direitos, bens e serviços e refletir sobre o que aconteceu com parte relevante da população brasileira em pouco mais de uma década, marcada por profundas transformações sociais.

estão por trás dos números, quais medidas são necessárias para continuar avançando na redução da brecha que separa ricos e pobres, negros e brancos, homens e mulheres, estados e regiões do país.

A escolha do período de 2002 a 2015 não é acidental. Este é um recorte de tempo onde um conjunto de decisões políticas – nas esferas social e econômica – visou a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil. Queremos, portanto, analisar os indicadores que evidenciam a redução das desigualdades em suas múltiplas faces como resultados destas opções políticas, produzidas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

Alguns elementos foram essenciais para a redução da desigualdade na forma que será apresentada.

A ampliação da renda que se refletiu em mais direitos, mais acesso e, sim, mais consumo é resultado direto da política de valorização do Salário Mínimo, formalização do trabalhador, criação de novos empregos – inclusive os decorrentes de investimentos como habitação popular, equipamentos sociais e política de conteúdo nacional – ampliação do acesso à aposentadoria urbana e rural, benefícios assistenciais e do Bolsa Família. A consequência direta deste processo foi o fortalecimento do mercado interno.

A expansão dos investimentos em infraestrutura foi direcionada para chegar nas periferias, nos bairros operários e no campo. Vamos buscar nos indicadores de água, saneamento e energia como isto se reflete para os que historicamente sempre ficaram para trás.

A busca da universalização e do enfrentamento das iniquidades em educação, saúde e assistência social, prevista desde a Constituição Federal de 88, ousou tocar na franja marginalizada da sociedade e a resposta foi imediata: milhões de jovens na escola na idade certa, jovens negros e negras nas universidades, queda vertiginosa da mortalidade infantil.

As ***Faces da Desigualdade no Brasil*** se dedicam a analisar a redução da exclusão dos mais pobres no que se refere a um conjunto de direitos. A proposta é simples: colocar uma lupa sobre os 5% e os 20% mais pobres da sociedade brasileira e perceber o processo silencioso de inclusão e redução de parte importante das desigualdades ocorridas. Esta perspectiva não se encerra em si mesma, soma-se às demais abordagens que buscam compreender os caminhos para se trilhar a redução das desigualdades. Há muitos desafios e muitas dívidas ainda pendentes.

A proposta é colocar uma lupa sobre os 5% e os 20% mais pobres e perceber o processo silencioso de inclusão e redução de parte importante das desigualdades.

A atual conjuntura, vem sendo marcada por um golpe que tem imposto um estado de exceção autoritário e antidemocrático, com graves retrocessos. A destituição da presidenta Dilma Rousseff deu início a um novo ciclo regressivo, que acarreta perdas de direitos imediatas à população mais pobre e vulnerável e o desmonte da rede de proteção social. O Brasil volta a transitar o caminho do atraso, da impunidade e da reprodução dos privilégios. O resultado será o de sempre: mais pobreza, mais desigualdade, mais injustiça social. Se, por um lado, é certo que ganhos como os de escolaridade, formação profissional, saneamento são difíceis de reverter, mantendo os níveis ainda elevados de desigualdade, por outro, indicadores como a renda, o emprego e o acesso a serviços, são voláteis e podem ser facilmente desconstituídos.

Afirmar as transformações que o país viveu nos últimos anos como estruturais na redução das desigualdades é fundamental para não adicionar combustível na fogueira dos que defendem a redução do papel

do Estado como promotor de políticas públicas capazes de garantir direitos.

Esta publicação joga luz sobre o que ocorreu entre 2002 e 2015, evidenciando os resultados decorrentes das políticas públicas e que estabeleceu novos patamares para a agenda brasileira de combate à pobreza e de enfrentamento às desigualdades. Os avanços do período foram frutos de decisão política, afastando a aceitação de uma condenação natural e inevitável à desigualdade. Registrar que continuamos sendo uma nação extremamente desigual não é suficiente. A desigualdade do Brasil pode e exige ser mudada.

¹*Doutora em políticas públicas em saúde (FIOCRUZ). Foi ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo Dilma Rousseff; pesquisadora associada da FIOCRUZ.*

²*Doutor em educação (Universidade de Buenos Aires). Secretário executivo do CLACSO; professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.*

³*No Brasil, o Coeficiente de Gini é calculado a partir dos dados Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Há questionamento sobre a eficiência do uso desta base de dados, mas a PNAD continua sendo o melhor instrumento de captura de informações para renda nos domicílios.*

⁴*Relatório escrito por Rafael Georges e coordenado por Kátia Maia, lançado em 25 de setembro de 2017, pela Oxfam Brasil.*

⁵*Estudo conduzido por Marc Morgan do Word Wealth and Income Database, utilizando metodologia desenvolvida por Piketty e Saez (2003).*

Como foram construídos estes números

Tereza Campello, Monica Rodrigues e Marconi Fernandes de Sousa

Para construir *Faces da Desigualdade no Brasil* escolhemos analisar dois recortes populacionais: os 5% e os 20% mais pobres comparados ao universo da população usando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Pnad⁶ de 2002 a 2015. Este é um método de fácil compreensão e clara identificação dos públicos sujeitos a níveis mais graves de exclusão social. A pergunta que orienta este olhar é quem eram os 5% e os 20% mais pobres em 2002 e quem são agora?

A proposta é usar um indicador para enxergar os que estão no fim da fila, os esquecidos, os invisíveis. Estamos justamente colocando uma lupa nas condições de vida do estrato de mais baixa renda para investigar, como orienta a agenda 2030, que “ninguém seja deixado para trás”. Vamos além dos indicadores de desigualdade de renda para entender os processos de inclusão em relação ao acesso a direitos no período recente.

Em cada recorte específico escolhemos analisar dimensões que consideramos mais reveladoras destas transformações. Uma das referências utilizada foi o painel do Banco Mundial que construiu indicadores de pobreza crônica multidimensional⁷.

São dimensões consideradas sensíveis na transição e vulnerabilidade em relação à pobreza.

Para proceder nossa análise adaptamos as variáveis à realidade brasileira, com as seguintes dimensões:

- 1) Acesso à Educação:** adolescentes e jovens de 15 a 17 anos ao ensino médio; jovens de 18 a 24 anos ao ensino superior (graduação, mestrado e doutorado); chefes de família ao ensino fundamental.
- 2) Acesso a Serviços de Infraestrutura:** água de qualidade; escoamento sanitário; energia elétrica.
- 3) Acesso à Habitação:** moradia precária.
- 4) Acesso a Bens de Consumo:** geladeira ou freezer; máquina de lavar; celular; computador com internet.

Agregamos dados sobre saúde, em um bloco à parte por ter uma fonte e uma base de análise diferenciadas (Ministério da Saúde⁸). Isto decorre do fato de que não há dados de saúde na Pnad, nem dados administrativos na saúde que permitam análises com os recortes de renda. Entretanto, a saúde é fortemente determinada por condições sociais, econômicas e ambientais, como saneamento básico, moradia, traba-

lho, educação etc. Alguns de seus indicadores, como a mortalidade infantil, permitem avaliar aspectos das condições de vida da população mais vulnerável.

Incluímos com destaque um capítulo que apresenta os dados de redução da desigualdade racial entre brancos e negros/pardos. Trataremos das informações levando em consideração a totalidade da população, e não os mais pobres.

Não foi possível neste estudo avançar na análise de outros grupos populacionais, seja pela complexidade dos temas, seja pelas características da Pnad⁹, que não foi desenhada para construir esses indicadores. Por este motivo centramos as análises nos dois segmentos citados.

Ao tratar de desigualdade é fundamental explicitar as relações de gênero e efeitos gerados que afetam fortemente as mulheres. Este sempre foi o objetivo deste trabalho. A maioria das dimensões abordadas, entretanto, tiveram o domicílio como base. Esta opção distorceu a análise e subestimou a real desigualdade que onera as mulheres e as relações de gênero. Fica o desafio de construir indicadores que possam tratar adequadamente esta face da desigualdade no Brasil.

Ao longo desta publicação enfatizamos a análise de múltiplas dimensões da desigualdade no Brasil. No capítulo Renda, Pobreza e Desigualdade adicionamos à análise de renda a partir da Pnad, e a avaliação da desigualdade de renda utilizando o Coeficiente de Gini no período 2002 a 2015.

No último capítulo, as várias dimensões, inclusive de renda, foram reunidas com o emprego da metodologia de Pobreza Crô-

nica Multidimensional do Banco Mundial. Esta opção é especialmente interessante porque permite observar que a redução das desigualdades entre faixas etárias, brancos e negros, urbano e rural e as regiões brasileiras acompanhou *pari passu* a redução da pobreza crônica.

Concluímos assim o conjunto das análises demonstrando que ao buscar atingir o contingente da população mais pobre com políticas de combate à pobreza e garantia de direitos foi possível enfrentar outras faces da desigualdade.

⁶ Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Para o cálculo dos indicadores dos mais pobres, *exclusive* moradores na condição de pensionistas, empregados domésticos e filhos de empregados domésticos. *Exclusive* moradores de domicílios sem declaração de rendimentos e domicílios sem rendimento.

⁷ A metodologia considera aspectos além da renda. Neste sistema é produzido o índice de pobreza crônica multidimensional que agrega três ou mais privações em cada uma das dimensões sociais: Frequência Escolar, Escolaridade, Saneamento, Água Segura, Eletricidade, Moradia e Bens Duráveis (LOPEZ-CALVA; LACHS; FRUTTERO, 2015). Na dimensão educação, optamos por usar os dados de jovens de 15 a 17 anos na escola na idade certa e jovens de 18 a 24 anos no ensino superior em lugar de avaliar frequência escolar em crianças de 6 a 14 no ensino fundamental, desafio já superado no Brasil atual.

⁸ Os dados de mortalidade infantil tiveram como fonte o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos, SINASC e Sistema de Informações sobre Mortalidade, SIM, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Os dados de atendimentos de serviços de saúde são do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica, SIAB/SISAB.

⁹ Cabe ainda observar que os dados das edições de 2002 e 2003 da PNAD não contemplam a zona rural da antiga região Norte do país, cerca de 1% da população brasileira.

EDUCAÇÃO

Pobres passaram a entrar no ensino médio na idade certa e muitos romperam barreiras e chegaram às universidades

Educação, um direito possível para todos

Se há um consenso em estratégia para o desenvolvimento de um país é o investimento em educação. A manutenção da desigualdade em educação é um dos fatores que mais determina a dinâmica de exclusão e a perpetuação da pobreza. Nessa perspectiva é possível mostrar a profunda transformação ocorrida visualizando o processo que se passou no Brasil em termos da ampliação de acesso à educação, sobretudo, dos mais pobres e da população negra.

O grande desafio na agenda de educação em 2002 não era a oferta de vagas para o ensino fundamental, e sim garantir a permanência das crianças na escola, ofertar ensino de qualidade e proporcionar condições de progressão escolar. Mesmo tendo escolas, muitas crianças pobres iam ficando para trás.

Esta foi a grande mudança que podemos observar ao analisar que os jovens pobres passaram crescentemente a chegar ao ensino médio na idade certa e muitos romperam a barreira e chegaram às universidades.

A melhoria da renda foi determinante para aumentar o acesso à educação. A

valorização do salário mínimo, aposentadorias e, principalmente, o Bolsa Família fizeram toda a diferença, uma vez que o perfil predominante das famílias pobres é formado por pessoas jovens com filhos em idade escolar e uma parte destas crianças estavam no trabalho infantil ou privadas do acesso à escola.

O Bolsa Família é muito conhecido pelo aspecto da transferência de renda. Só que as condicionalidades compõem a dimensão mais transformadora do programa e que têm como premissa o rompimento intergeracional da pobreza. A condicionalidade de educação viabiliza a exigência da frequência escolar e o acompanhamento sistemático pelo setor público do conjunto das crianças nas escolas.

Escolhemos três indicadores que permitem depreender as transformações em curso na redução das desigualdades em educação relacionadas aos estratos mais pobres da população:

- 1) Avanço do número de jovens ingressando no ensino médio na idade certa;
- 2) Acesso ao ensino superior;
- 3) Pais e mães concluindo o ensino fundamental.

Mais jovens pobres no ensino médio na idade certa

A análise do percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola no ensino médio ou etapa posterior é estratégica por ser uma variável de fluxo hipersensível às mudanças. É reveladora do que ocorreu a um adolescente pertencente aos 5% ou 20% mais pobres que conseguiu ter um progresso escolar adequado chegando ao ensino médio na idade certa.

Em 2002, somente 10,7% dos jovens mais pobres ultrapassavam o muro dos que con-

seguiam chegar ao ensino médio na idade certa. Com o aumento de 264%, este patamar chegou a 39%. Sabemos que continua baixo, mas mostra que prioridade estatal e política pública intensivas foram capazes de reverter um cenário onde o fracasso escolar dos pobres foi sempre naturalizado. Os resultados alcançados não são suficientes. O estímulo ao ingresso e permanência de jovens no ensino médio estão vinculados à atratividade e a qualidade do sistema educacional, metas a perseguir.

> Queda de um terço na desigualdade que separa os mais pobres

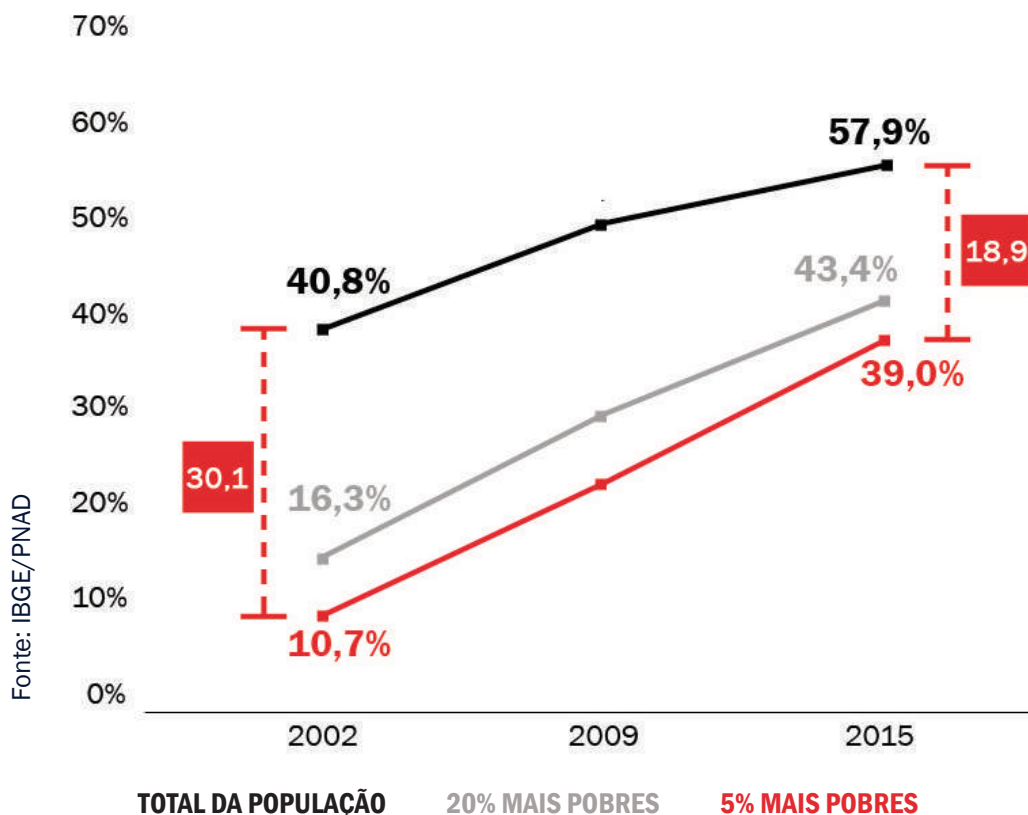


Gráfico 1 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta escola no ensino médio ou etapa de ensino posterior, por faixa de renda

> Quase 4 vezes mais jovens pobres no ensino médio

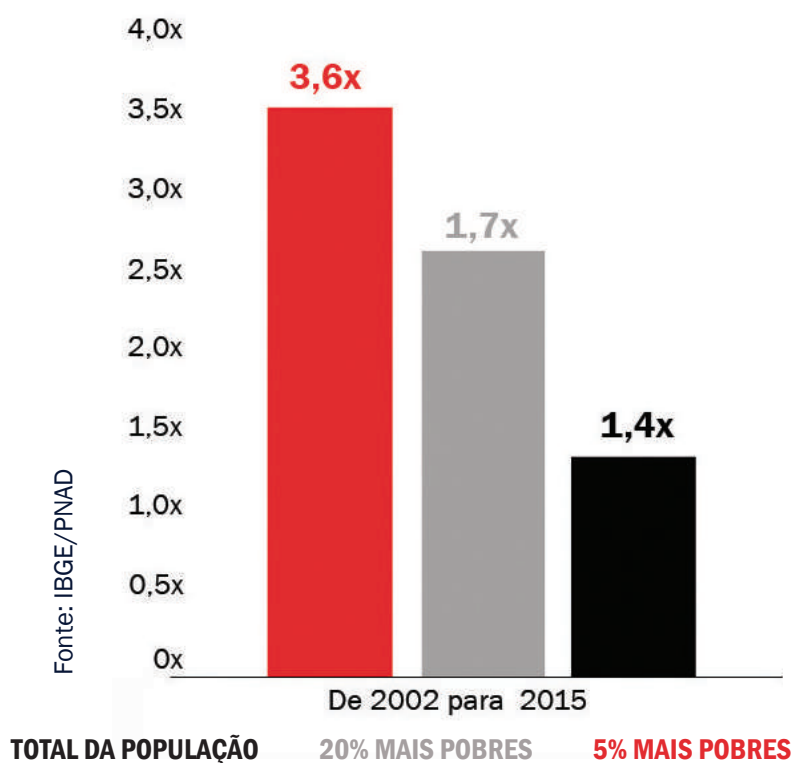


Gráfico 2 – Crescimento da população de 15 a 17 anos que frequenta escola no ensino médio ou etapa de ensino posterior, por faixa de renda



Estamos convivendo com a primeira geração de meninos e meninas de meios sociais muito pobres que estão caminhando, coletivamente, como grupo social, para a conclusão da educação básica, superando em geral em muito a escolaridade de seus pais e avós. É importante sublinhar o aspecto coletivo desse processo, porque nossa história é repleta de exemplos individuais de avanços

JAQUELINE MOLL

Professora associada da UFRGS



Quase 4 vezes mais jovens de 15 a 17 anos, entre os 5% mais pobres da população, estavam no ensino médio ou posterior em 2015, se comparado a 2002

Ensino superior: menos iniquidade de acesso

No período de 2002 a 2015, o acesso ao ensino superior, incluindo mestrado e doutorado, foi ampliado para toda a sociedade. Enquanto que o acesso ao conjunto da população quase dobrou, para os 20% mais pobres foi multiplicado 23 vezes. Uma barreira histórica para estudantes das escolas públicas começou a ser rompida pelos jovens que enfrentam os desafios da desigualdade social. Isto fica evidente no crescimento das vagas e correspondente ampliação do número de estudantes notadamente nas regiões Norte e Nordeste. Mas ainda é apenas uma brecha que não comporta contingentes massivos de estudantes de baixa renda. O ensino superior continua sendo um espaço elitizado no Brasil.

Uma geração de jovens conquistou o lugar dos primeiros membros de suas famílias a terem acesso à universidade. Em 2015, por exemplo, 35% dos formandos que fizeram o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), eram os primeiros da família a serem diplomados.

Um conjunto de políticas públicas de acesso à universidade, expandiu de forma inédita as vagas e as matrículas. As condições que foram dadas aos mais pobres não os igualou por baixo. O lugar antes restrito aos estratos com mais renda passou a ser compartilhado com as camadas mais pobres. O mesmo espaço físico, os mesmos professores, as mesmas estruturas educacionais.

> Aumenta em 23 vezes a chance de ingresso dos 20% mais pobres na universidade

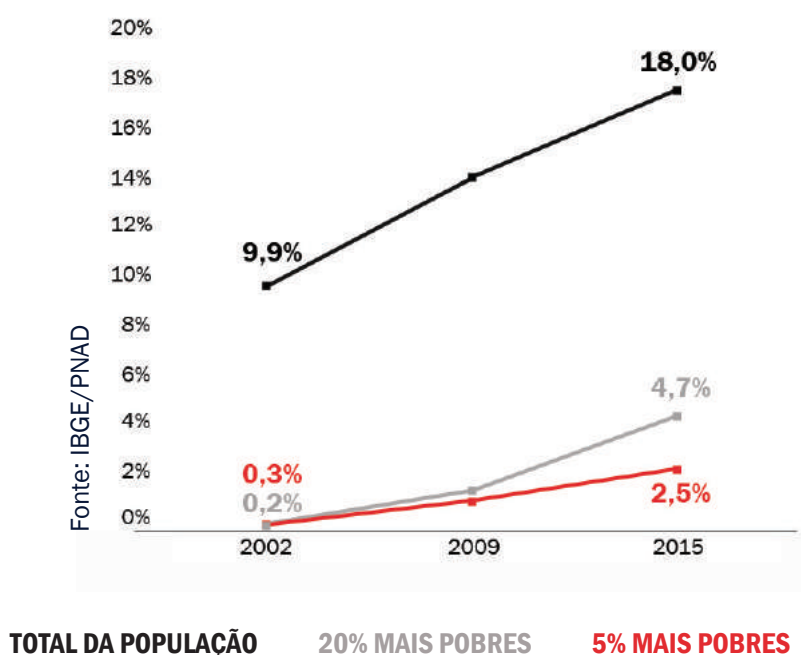


Gráfico 3 – Percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta escola no ensino superior (inclusive mestrado e doutorado), por faixa de renda

> Desigualdade de acesso a universidade no N e NE é reduzida para todas as faixas de renda

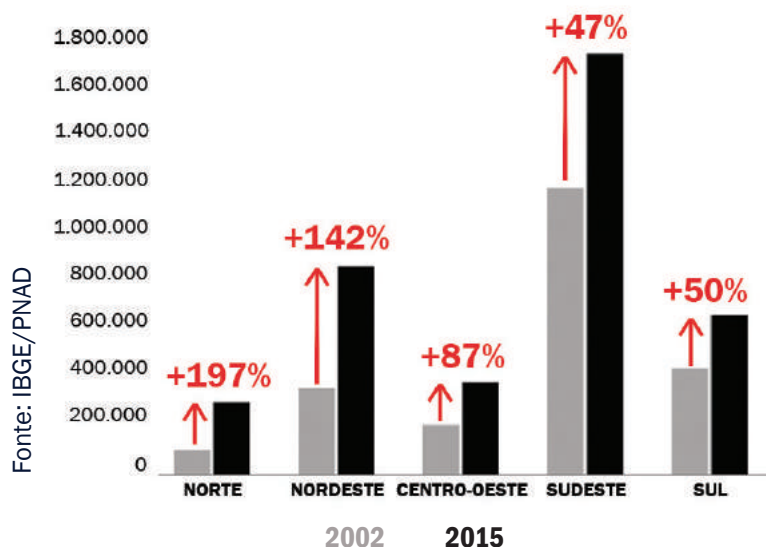


Gráfico 4 – Distribuição da população de 18 a 24 anos que frequenta escola no ensino superior (inclusive mestrado e doutorado), por região

POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

As duas últimas décadas no Brasil foram marcadas por robustas políticas públicas que promoveram o acesso, permanência e indução da qualidade ao ensino superior. Destacamos aqui programas que atuaram de forma complementar e inédita na ampliação de vagas na rede de universidades públicas e privadas no país.

Enem – avalia o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica e é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no ProUni. Universidades usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso, seja complementando ou substituindo o vestibular.

Sisu – sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem.

ProUni – concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições de ensino.

Fies – fundo destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001.

Lei de Cotas – sancionada em 2012, a Lei nº 12.711 garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno em universidades federais e institutos federais a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, considerando a proporcionalidade de pretos, pardos e indígenas em cada estado. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

ReUni – iniciativa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais.

Ampliação da escolaridade dos pais impacta vulnerabilidade das famílias pobres

Ter um dos adultos com ensino fundamental completo no domicílio é um dos requisitos estratégicos de resistência para a família não entrar em situação de pobreza crônica. Significa mais acesso à informação, aproveitamento de oportunidades, expansão do exercício de cidadania. A escolaridade da mãe é um dos determinantes na redução

da mortalidade infantil e nas condições de aprendizagem dos filhos. Portanto, um dos elementos que dimensiona a importância da evolução deste indicador e seus impactos.

Em 2002, menos de 7% dos mais pobres concluíam o ensino fundamental. Após 13

> Menos de 7% dos mais pobres concluíam o ensino fundamental. Hoje são 30%

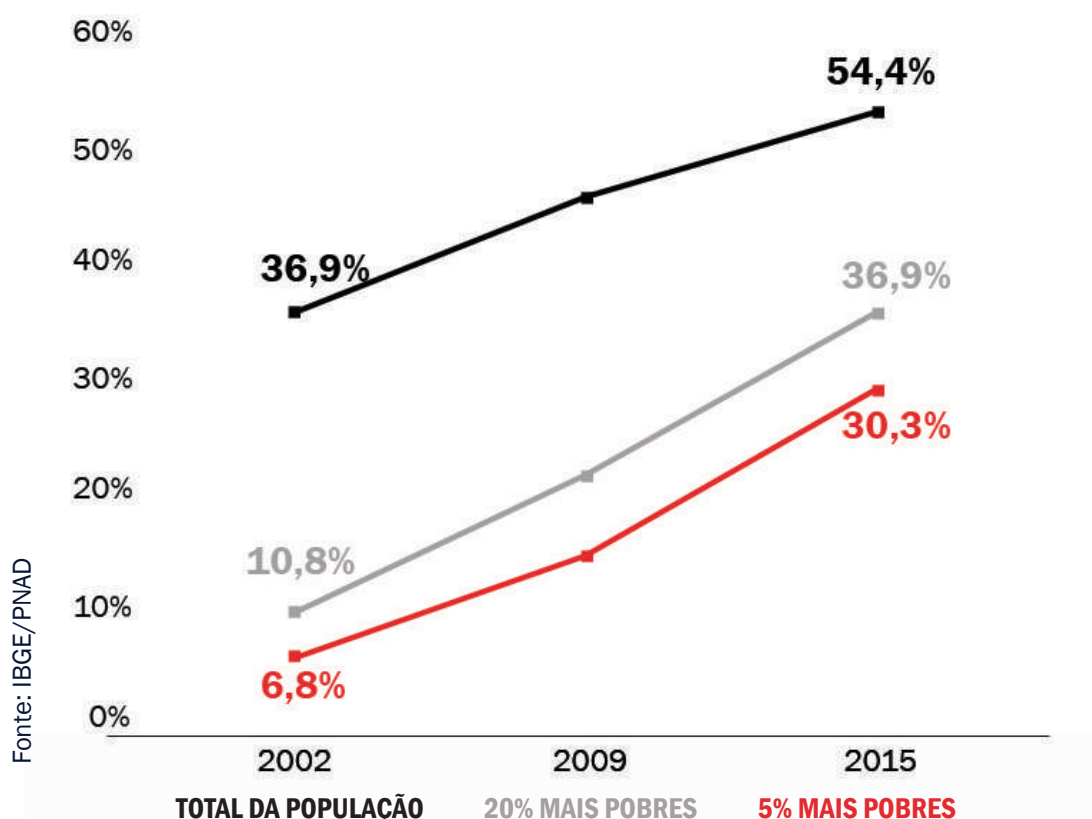


Gráfico 5 – Percentual de pessoas de referência de domicílios particulares permanentes com nível fundamental completo, por faixa de renda

anos, esse índice passa para 30,3%. É relevante notar que o índice ampliou para todas as faixas de renda, passando de 36,9% para 54,4%. Para se ter uma ideia da dimensão quantitativa, no Nordeste passou de um patamar de 300 mil para 1,6 milhão de chefes de famílias.



Cresceu 242% o número de pais e mães que completaram o ensino fundamental entre os 20% mais pobres

ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL

3 coisas que fazem a diferença

- 1** Mais oportunidades e condições para acesso ao emprego formal
- 2** Influência para melhorar o desempenho escolar dos filhos
- 3** Escolaridade da mãe tem impacto na mortalidade infantil



O analfabetismo das mães é o fator mais determinante da mortalidade infantil: diminuir o analfabetismo das mães em 10% poderia reduzir o Índice de Mortalidade Infantil em proporção maior do que todas as outras variáveis combinadas

JAMES MACINKO

Professor da UCLA Fielding - School of Public Health

INFRAESTRUTURA

**Água, saneamento e
energia elétrica:
ampliação de
serviços essenciais**

Chegar aos mais pobres para universalizar o direito à água

Em 2002, o acesso à água de qualidade chegava a quase 90% do total da população brasileira. Considerando que a água é um bem escasso no mundo poderíamos supor que o Brasil estava numa posição de ampla cobertura. Ao colocarmos a lente nos mais pobres, o quadro muda drasticamente: menos da metade (49,6%) dos 5% mais pobres tinham garantia de acesso à água de qualidade.

No ano de 2015, o percentual entre os 5% mais pobres progrediu para 76%. A ampliação beneficiou o conjunto dos brasileiros e foi 7 vezes mais rápida entre os 5% mais pobres, ou seja, enquanto para o total da população aumentou 7%, para os mais pobres foi ampliado em 53%. Buscar simultaneamente atingir a universalização e a equidade foi a chave nesse processo.

> Acesso à água foi 7 vezes mais rápido entre os 5% mais pobres

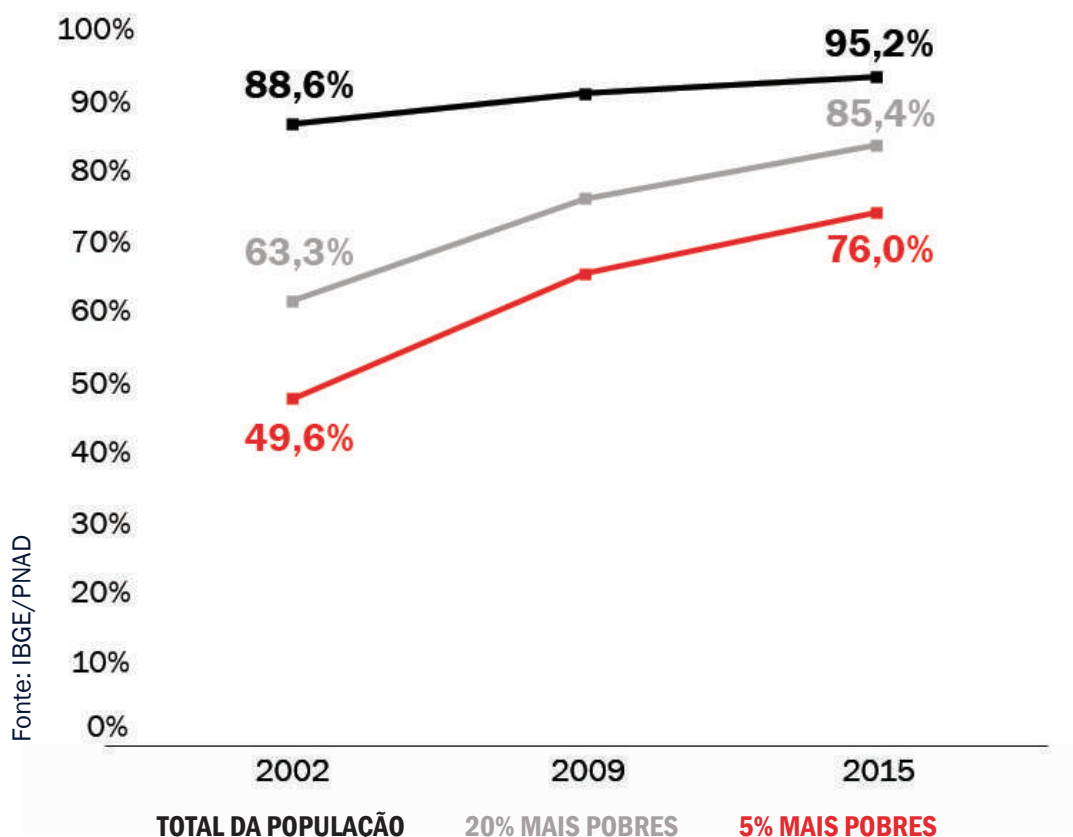


Gráfico 6 – Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso à água por rede geral, poço ou nascente com canalização interna, por faixa de renda

Políticas públicas inovadoras, articuladas pelo Estado brasileiro, conseguiram mostrar que é possível alterar em curto espaço de tempo um quadro tão grave. Merece atenção o fato de que um quarto dos brasileiros mais pobres ainda esperam por esse direito humano fundamental.



Em 13 anos, água de qualidade chegou a quase 10 milhões de novas famílias do Norte e Nordeste – equivalente a quase uma Argentina

ACESSO À ÁGUA

3 coisas que fazem a diferença

- 1** Você sobrevive de 20 a 30 dias sem comer, mas não vive 4 dias sem água
- 2** Deixar de caminhar em média 1h30min por dia para buscar água no sertão nordestino
- 3** Acesso a água de qualidade foi determinante na redução dos casos de diarreia no Brasil

CISTERNAS

O programa de cisternas, iniciado como uma ação da sociedade civil, foi transformado em política pública com o objetivo de universalizar o acesso à água para consumo no semiárido brasileiro. Tecnologia social de baixo custo, eficiente como solução de acesso à água para regiões áridas, que sofrem longos períodos de estiagem e com chuvas irregulares. Em pouco mais de uma década foram construídas 1,2 milhão de cisternas beneficiando 4,6 milhões de pessoas. São 1,2 milhões de mulheres que deixaram de carregar água em suas cabeças, liberando tempo livre para outras atividades. Do conjunto de cisternas entregues, 73% foram para famílias chefiadas por mulheres.

Acesso a saneamento continua a ser um desafio

Saneamento é um dos investimentos públicos em infraestrutura mais dispendioso e de longo tempo de maturação, este é um dos motivos que leva a não ser priorizado por muitos governos e em raras situações observam-se profundas alterações no curto prazo.

que dobrou entre os 5% mais pobres entre 2002 e 2015, resultando em uma ampliação seis vezes mais rápida do que para o conjunto da população. Ou seja, enquanto para a população como um todo aumentou 18%, para os mais pobres o avanço passa de 114%.

Por isso é tão significativo ressaltar que o acesso ao escoamento sanitário mais do

A fotografia do Brasil continua precária em termos de acesso a saneamento. Para

> Escoamento sanitário foi ampliado em 114% para a faixa mais pobre

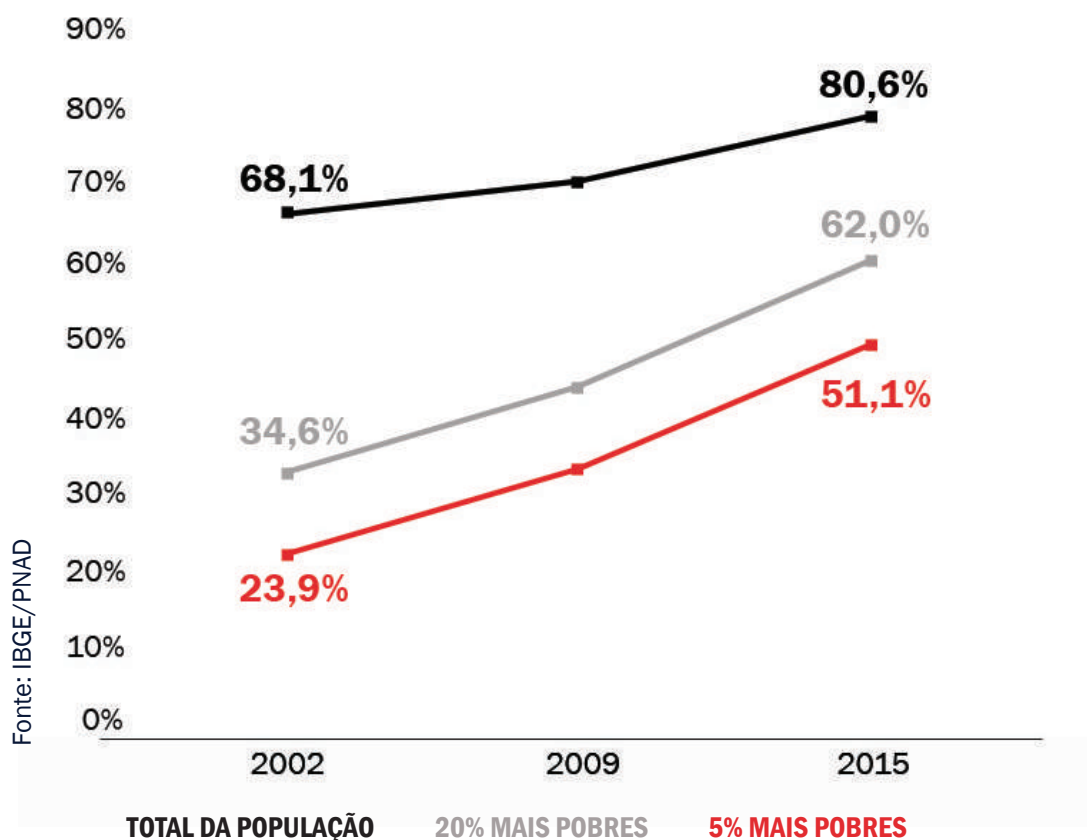


Gráfico 7 – Percentual de domicílios particulares permanentes com escoamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica), por faixa de renda

o universo da população persiste, ainda no ano de 2015, a ausência de escoamento sanitário para 19,4%. E, mais grave, metade da população entre os 5% mais pobres continua sem acesso.

Os dados revelam que as condições de ampliação dos serviços de escoamento sanitário beneficiaram todos os segmentos da população. Ao todo, 21,8 milhões de famílias passaram a ter cobertura de rede de esgoto e fossa sépti-

ca, melhorando as condições ambientais e de saúde.

A distância que separa os mais pobres do restante da população chegava a 44,2% e é reduzida para 29,5%. Saneamento básico representa condição de habitabilidade e queda de doenças perpetuadoras da pobreza, significa redução de diarreia, verminose, mortalidade infantil e incidência de doenças coletivas. Um avanço na superação da iniquidade e direito a uma vida saudável.

ACESSO A ESCOAMENTO SANITÁRIO

3 coisas que fazem a diferença

- 1** Redução dos índices de diarreia
- 2** Redução de doenças transmitidas por mosquitos como o *Aedes Aegypti*
- 3** Redução de doenças causadas por verminoses

22 milhões
de famílias

Escoamento sanitário adequado chega a novas 22 milhões de famílias

Energia elétrica retira 16 milhões da Idade Média

O Brasil alcançou em 2002 a marca de ter apenas 3,3% dos brasileiros sem energia elétrica. É um cenário que, avaliado por qualquer critério internacional, permitiria ao país anunciar a universalização do acesso a este serviço essencial para a sua população. Um olhar acurado sobre a parcela mais pobre contradiz essa afirmativa. No mesmo ano de 2002, quase 19% da população entre os 5% mais pobres não conheciam o que é conviver com eletricidade em suas casas.

As barreiras de acesso à energia se concentravam na área rural, nas regiões Norte e Nordeste, entre as pessoas pobres e públicos específicos como quilombolas ou moradores de áreas remotas. Comunidades inteiras conquistaram as condições de se viver com acesso à eletricidade muito recentemente, e foi quando viram as condições de vida e de bem-estar de suas famílias se transformarem instantaneamente.

> Brasil reduz desigualdade ao universalizar energia elétrica

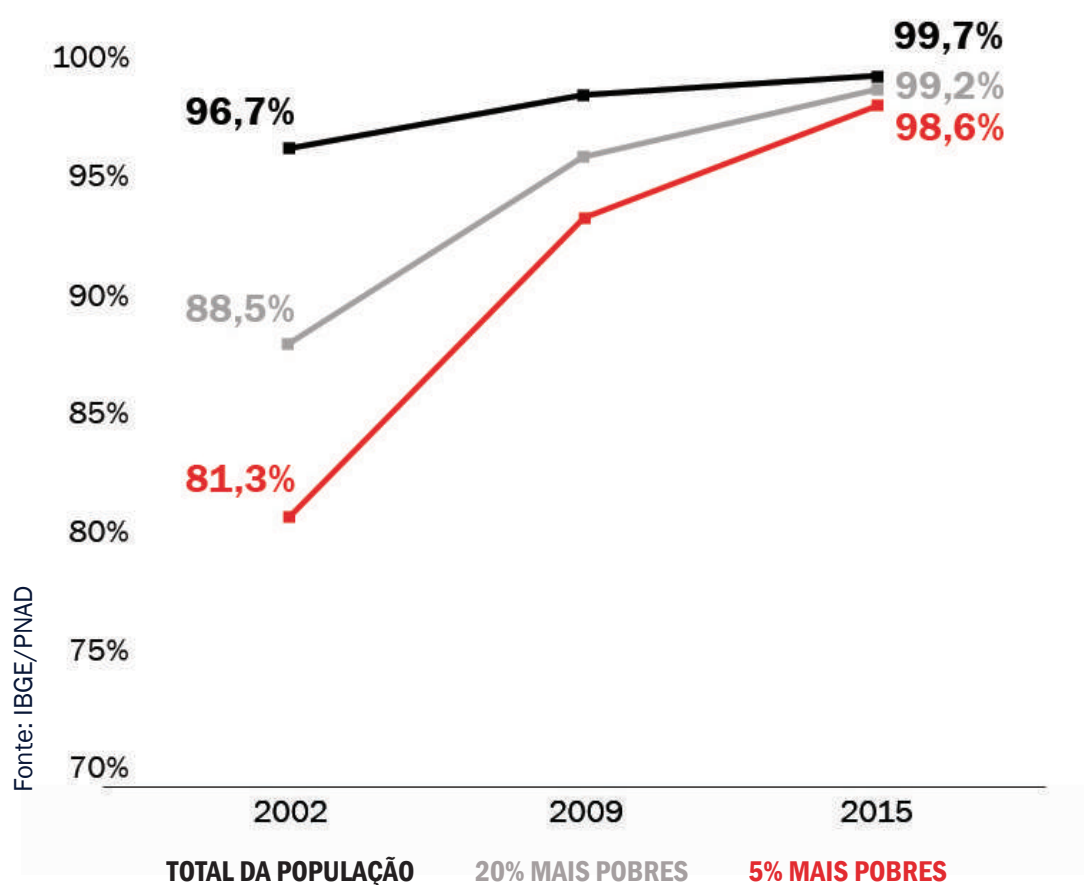


Gráfico 8 – Percentual de domicílios particulares permanentes com energia elétrica, por faixa de renda

Atualmente é possível afirmar com orgulho que o Brasil universalizou o direito à luz. Apenas alguns públicos específicos em territórios isolados ainda remanescem, como o caso de comunidades extrativistas e quilombolas. O Estado terá que construir estratégias para chegar nestes territórios.

O acesso à energia elétrica está intimamente vinculado ao processo de desenvolvimento vivido por um país, daí decorrendo as suas políticas públicas. A distribuição de energia elétrica é uma das atividades mais essenciais para a vida moderna e conecta-se também a elementos importantes, tais como o direito à educação, à saúde, à moradia e ao lazer. As possibilidades que se abrem a partir do amplo acesso à energia elétrica permitem inclusive, que equipamentos públicos garantam direitos. É o caso das escolas rurais e da conservação de medicamentos e vacinas na temperatura adequada.

ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA

4 *coisas que fazem a diferença*

- 1** Estudar à noite
- 2** Não perder os alimentos por ter geladeira
- 3** Melhorar a capacidade de produção com equipamentos elétricos
- 4** Ter acesso à comunicação pelo rádio, TV, computador, internet, ampliando as possibilidades de acesso ao lazer e cultura



Acesso a energia avançou 7 vezes mais rápido entre os 5% mais pobres

> Energia elétrica chega aos mais pobres e promove desenvolvimento

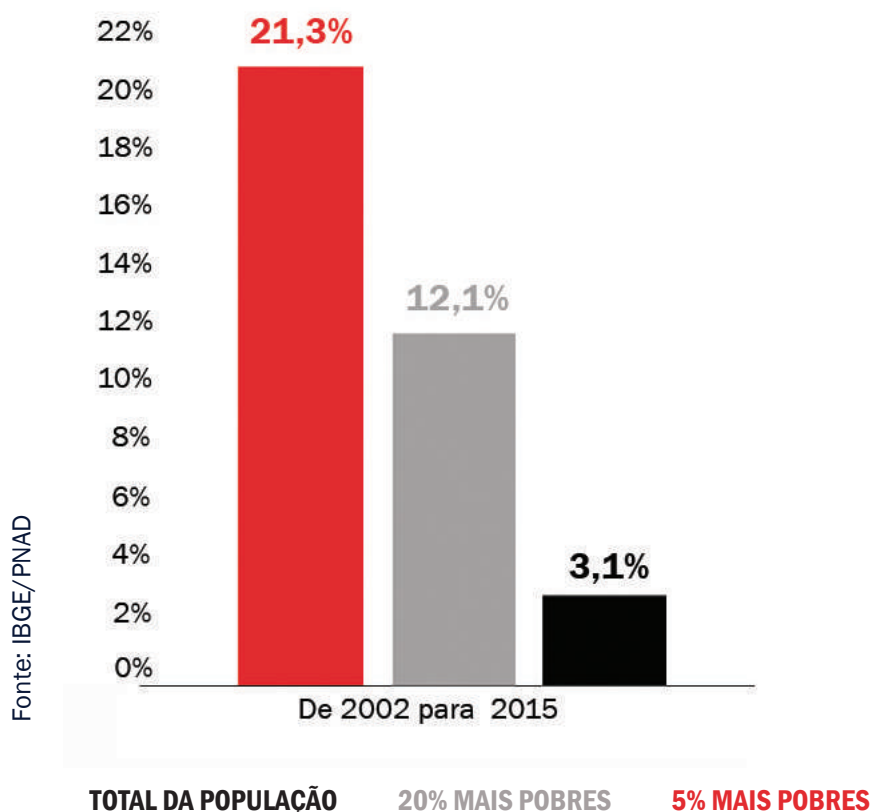


Gráfico 9 – Crescimento do número de domicílios particulares permanentes com energia elétrica, por faixa de renda

LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos criado em 2004 com o objetivo de universalizar o acesso à energia elétrica para moradores rurais de todo o país, atendeu 3.3 milhões de famílias, cerca de 15,9 milhões de brasileiros.

Os dados dão conta do tamanho do investimento público realizado:

- O Luz para Todos usou mais de 1,2 milhão de transformadores e mais de 8,3 milhões de postes.

- Na região amazônica uma nova tecnologia, com postes de resina feitos para flutuar nos rios, permitiu o transporte mais rápido de 68 mil postes levando luz elétrica a regiões de difícil acesso.

- Foram empregados 1,6 milhão de km de cabos elétricos. A quantidade de cabos elétricos utilizados daria 40 voltas ao redor da Terra.

- Estima-se que as obras do Luz para Todos tenham gerado cerca de 498 mil novos postos de trabalho.

HABITAÇÃO

Entre as famílias mais pobres, o número de domicílios precários foi reduzido pela metade, beneficiando lares chefiados por mulheres e negros

Conquista da moradia digna e qualidade de vida

O processo de urbanização excludente acirra as desigualdades e priva muitos brasileiros de ter um lar digno e a esperança de uma vida mais segura. Um indicador que apoia a compreensão deste fenômeno é o de domicílios precários, que está concentrado entre as parcelas mais pobres da população.

Os dados da Pnad, no período 2002 a 2015, expõem a situação de 16,1% das famílias pertencentes aos 5% mais pobres, que residiam em domicílios precários, sem paredes de alvenaria, madeira ou revestimento adequado. Entre os mais pobres, o número de famílias por esse tipo de domicílio caiu para 7,5%, sendo reduzido em mais de 50% e beneficiando lares chefiados por mulheres e negros.

Esta realidade começou a ser alterada em compasso com as demandas dos movimentos de luta por moradia, por meio de um conjunto de políticas, em especial a urbanização de favelas e programas como o Minha Casa Minha Vida. Fundamental considerar também o aumento da renda dos mais pobres que permitiu um amplo e silencioso processo de benfeitorias, reformas e ampliação nos imóveis particulares.

Certamente esta é uma agenda que precisa ser continuada com a garantia de investimentos em habitações, infraestrutura urbana e serviços nos bairros e comunidades da periferia.

Moradia para os mais pobres

> **Número de famílias em domicílios precários baixou para 7,5%**

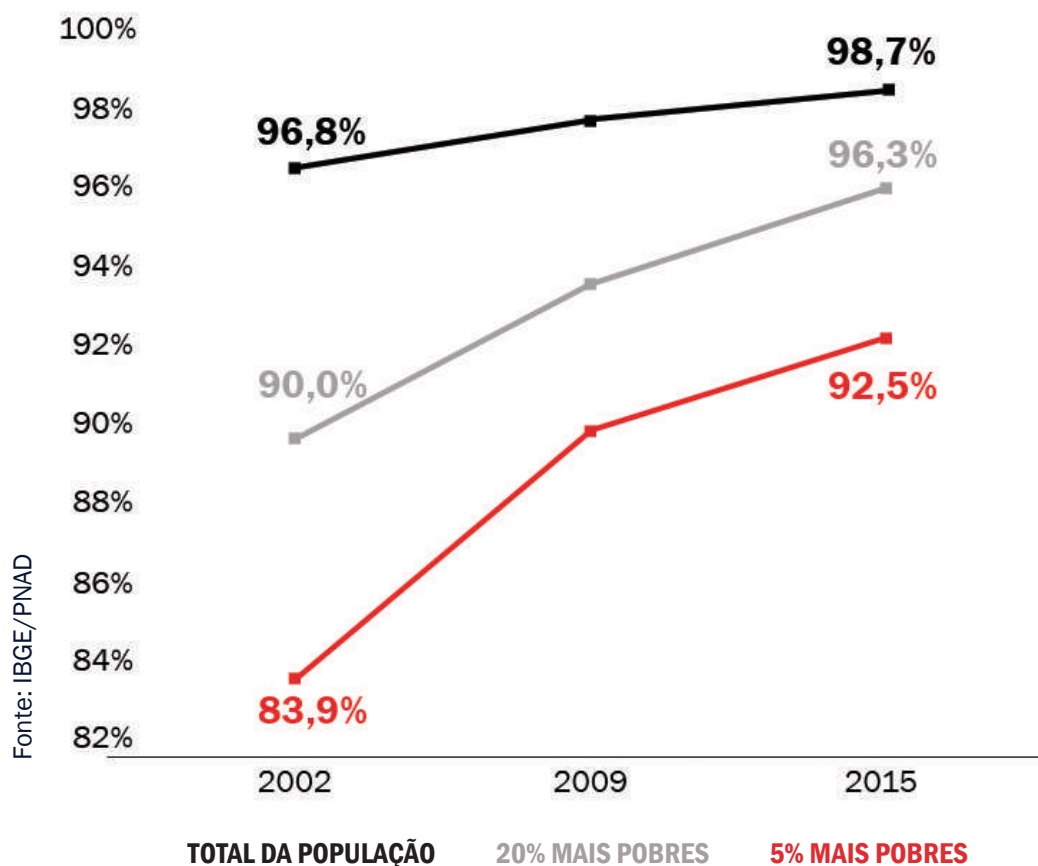


Gráfico 10 – Percentual da população que reside em domicílios com paredes revestidas de alvenaria ou madeira aparelhada, por faixa de renda

85%
das famílias

85% das famílias beneficiadas pelo Minha Casa Minha Vida são chefiadas por mulheres

POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

Políticas como o PAC Urbanização, em favelas e áreas de habitação precária, viabilizaram um conjunto de obras que melhoraram as condições de vida de 1,8 milhão de famílias ou cerca de 7 milhões de pessoas, equivalendo a população da cidade do Rio de Janeiro.

O Minha Casa Minha Vida, programa habitacional com financiamento, entregou cerca de 1,7 milhão das moradias para famílias com renda de até R\$ 1.600,00, onde se concentra a maior parte do déficit habitacional. As casas chegaram a quem mais precisava: 85% das famílias chefiadas

por mulheres, 46% recebem Bolsa Família, 66,8% são negros (pretos e pardos), 53% têm ensino fundamental incompleto ou não tem instrução e 70% têm até R\$ 800,00 de renda mensal. O programa ao priorizar o atendimento das mulheres como titulares da regularização fundiária e da moradia trouxe um duplo efeito, garantir a segurança familiar e alavancar direitos. Uma alteração do Código Civil, feita por meio da Lei do PMCMV (Lei nº 11.977/09), garante que o imóvel permaneça com a mulher em caso de separação, independentemente do regime da união.

> Déficit de acesso à moradia digna reduzido em 53%

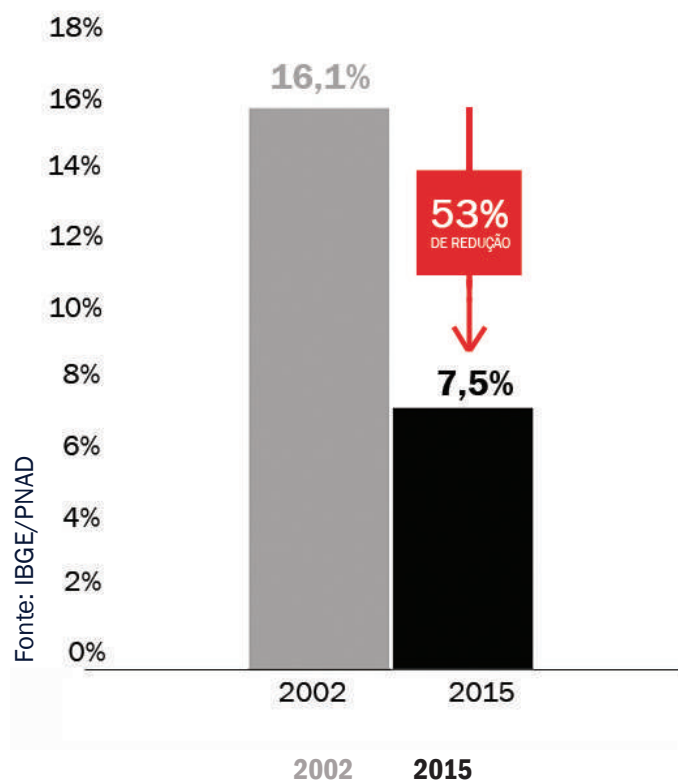


Gráfico 11 – Déficit de acesso a domicílios com paredes revestidas de alvenaria ou madeira aparelhada para os 5% mais pobres da população

BENS DE **CONSUMO**

O acesso a bens de consumo representa melhorias objetivas, autoestima e oportunidades

Acesso que promove direitos

Bens duráveis como geladeira e máquina de lavar se constituem em itens básicos para o funcionamento de uma casa em qualquer lugar. Um contingente representativo de famílias pobres brasileiras passou a conhecer as comodidades de seus usos somente na última década.

É notável o crescimento de acesso a estes bens no período de 2002 a 2015, que distante de constituir um comportamento consumista, representa melhorias objetivas, liberação de tempo gasto em tare-

fas domésticas, melhoria na autoestima das famílias e ampliam possibilidades de acesso a outras oportunidades. É o caso do telefone celular e do computador com acesso à internet, que deixam de ser privilégio de uma parte do Brasil e passam a compor o dia a dia das famílias negras e dos mais pobres.

Um fenômeno a ser valorizado nesta inclusão, são os milhões que passam a integrar o consumo, concorrendo para a dinamização do mercado interno.

Geladeira chega à maioria dos lares pobres

Em 2002, o acesso a refrigerador ou freezer chegava somente a 44,1% dos lares mais pobres. O crescimento neste segmento foi exponencial passando para 91,2%. A ampliação da renda e do crédito, a desoneração da linha branca e a chegada do Programa Luz para Todos em territórios sem energia elétrica explicam parte do aumento das aquisições desse bem durável pelas camadas mais pobres.



O crescimento do número de domicílios com geladeira ou freezer foi 9 vezes mais rápido entre os 5% mais pobres

> Desigualdade de acesso à geladeira entre mais pobres e total da população cai para 7%

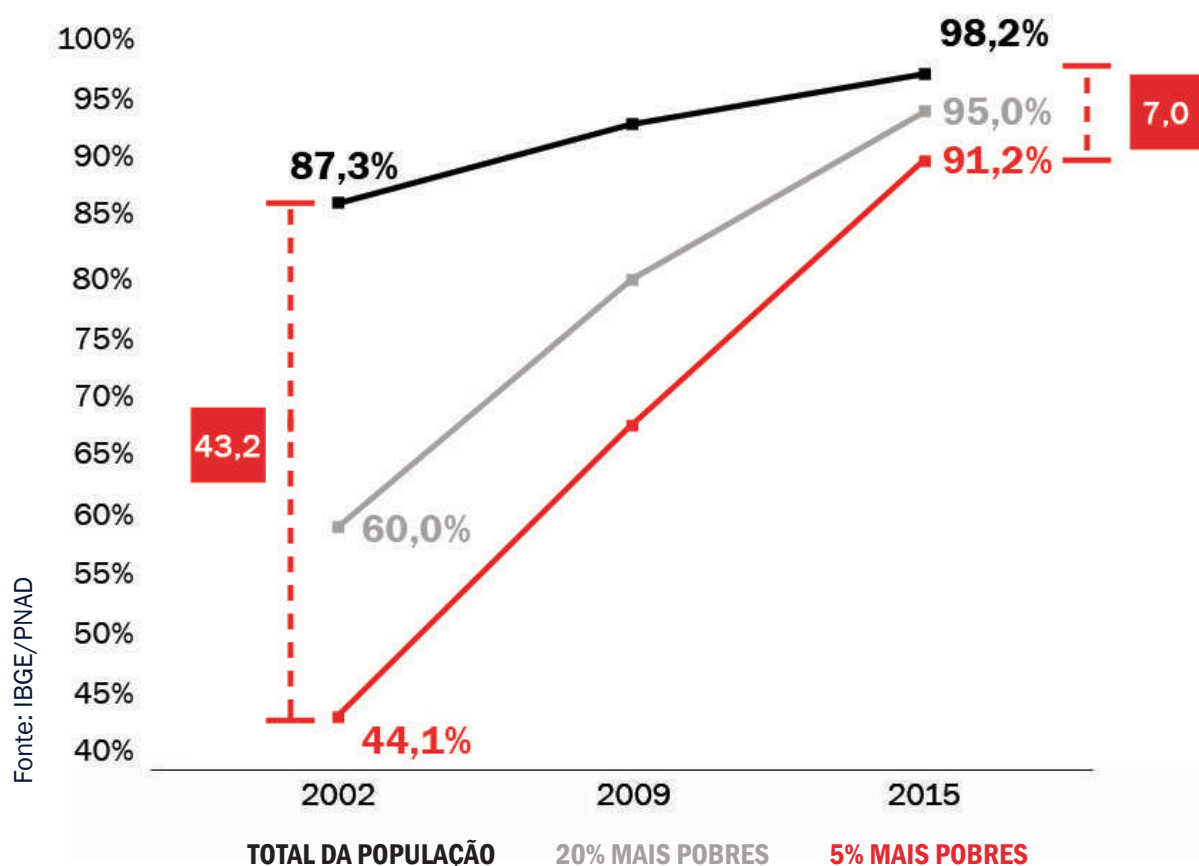


Gráfico 12 – Percentual de domicílios particulares permanentes com geladeira ou freezer, por faixa de renda

> 24 milhões de novas geladeiras para quem não tinha

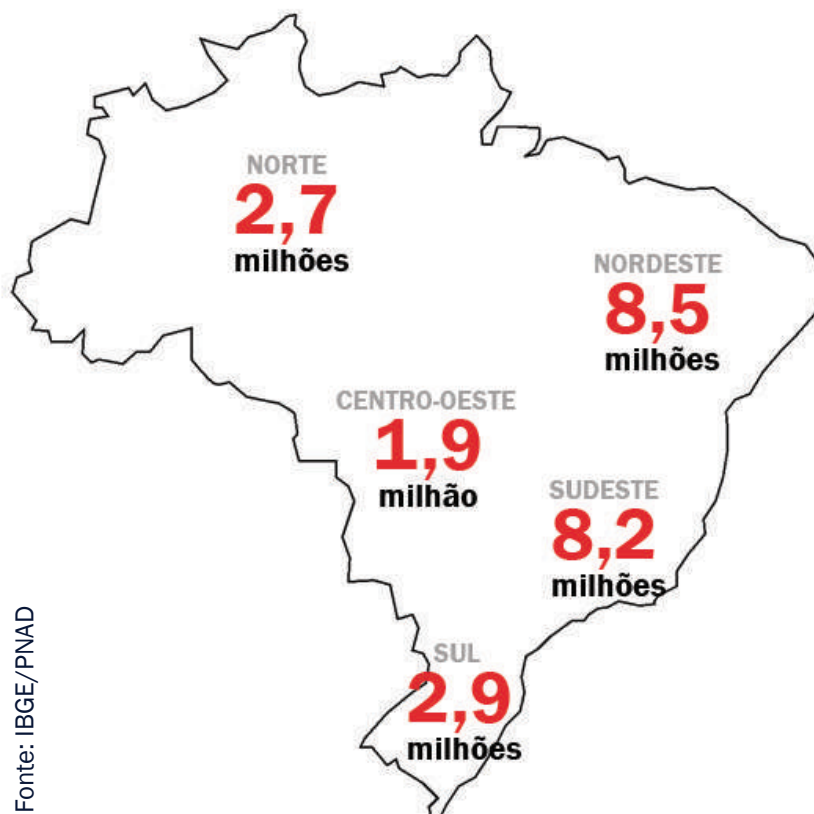


Gráfico 13 – Número de domicílios particulares permanentes que passaram a ter geladeira ou freezer entre 2002 e 2015, por região

São inegáveis os benefícios e os confortos que as geladeiras proporcionam para as famílias, e é fundamental valorizar o quanto sua presença tem papel de fortalecer a segurança alimentar dos mais pobres.

ACESSO À GELADEIRA

3 coisas que fazem a diferença

- 1** Conservar adequadamente os alimentos
- 2** Planejar compras de produtos perecíveis
- 3** Reduzir a disseminação de doenças pela contaminação por alimentos

Máquina de lavar: tempo livre e qualidade de vida

Foi significativa a ampliação de lares no Brasil com máquina de lavar roupa no período de 2002 a 2015, sendo que o maior crescimento ocorreu entre os 5% e os 20% mais pobres. No ano de 2015, constatou-se que 18,1% dos domicílios mais pobres contam com esse bem de consumo, sendo ainda um patamar muito baixo.

É uma situação que indica a dificuldade presente das famílias pobres em adquirir um item determinante no uso do tempo dedicado aos afazeres domésticos, principalmente das mulheres. Com a máquina de lavar, as mulheres passam a ter o tempo liberado para outras atividades, podendo alocá-lo no que preferir.

> Máquina de lavar cresce em lares pobres e especialmente para famílias negras

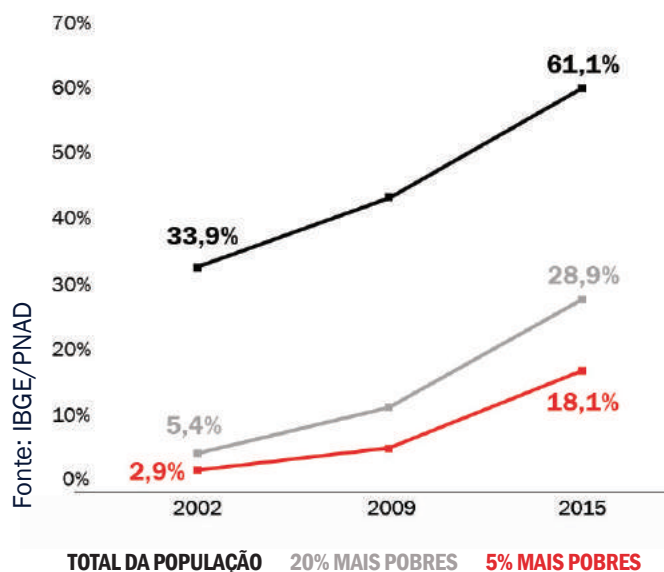


Gráfico 14 – Percentual de domicílios particulares permanentes com máquina de lavar, por faixa de renda

A desigualdade de acesso a bens de consumo entre brancos e negros fica evidente, e vai além da questão de renda. Analisando a população brasileira em sua totalidade, observamos que, enquanto 42 milhões de pessoas brancas residiam em domicílios com máquina de lavar em 2002, entre as

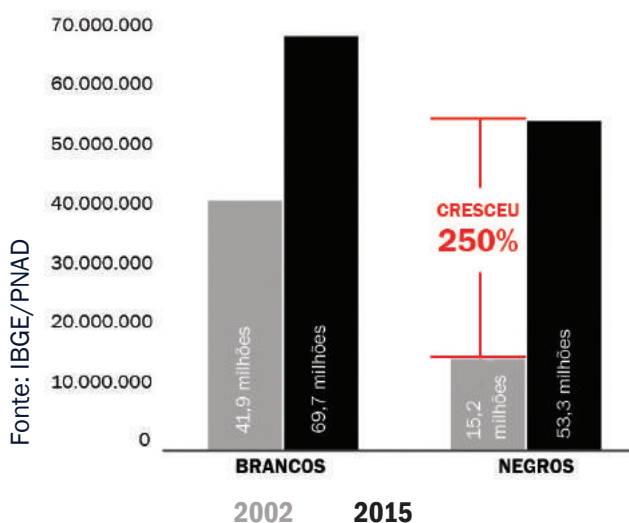


Gráfico 15 – Distribuição da população segundo acesso à máquina de lavar roupas no domicílio, por cor/raça

famílias de cor negra eram apenas 15 milhões, mesmo sendo maioria na população. Entre 2002 e 2015 o aumento foi de 250%, garantindo que novos 40 milhões de negros e negras alcançassem esta comodidade. As mulheres negras são diretamente beneficiadas ao deixarem de lavar roupa no tanque.

Inclusão digital cresce para todos os brasileiros

A inclusão digital é um dos principais vetores de acesso à informação. Neste aspecto o Brasil de 2002 sofreu uma mudança impressionante em relação a 2015, sendo observada a alteração no padrão de consumo de bens duráveis dos brasileiros seguindo o ritmo das mudanças tecnológicas. O acesso a telefones celulares e, nos últimos anos, aos aparelhos com conectividade e múltiplas funções é expressão deste comportamento.

A maior presença de computadores nos domicílios também é verificada, mas em menor intensidade em todas as classes sociais, refletindo o processo de substituição de tecnologias frente às novas funcionalidades dos telefones celulares.

O acesso aos celulares é uma das situações que mais proporcionalmente se igualou em

todas as faixas de renda. A popularização da presença dos aparelhos entre os 5% mais pobres cresce de 5,1% em 2002 para 79,3% em 2015. E entre os 20% mais pobres, a ampliação foi 8,7% para 86,6%, índice muito próximo ao do total de domicílios, que atingiu 91,2%.

Os telefones celulares atualmente representam mais do que um instrumento de comunicação e comodidade. Para os mais pobres carregam a possibilidade de ampliar o acesso a novas oportunidades, incrementar empreendimentos e renda, além de garantir segurança para os membros da família.

Em 2017, os smartphones ultrapassaram pela primeira vez os computadores como principal dispositivo para acessar notícias.

> Celular aumenta oportunidades para os mais pobres

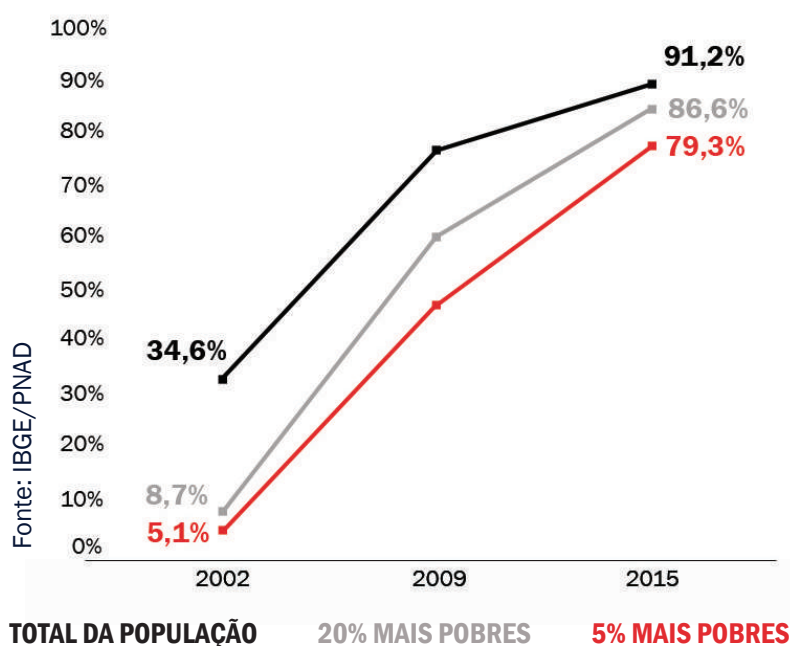


Gráfico 16 – Percentual de pessoas de referência dos domicílios com posse de telefone celular, por faixa de renda

ACESSO À CULTURA

Para além da possibilidade de acesso à informação e entretenimento e da utilização da internet como meio de trabalho, a inclusão digital teve significativo impacto na produção cultural brasileira. A chegada da internet à população mais pobre trouxe a inclusão daqueles colocados à margem também na cultura.

Exemplo marcante disso é a expansão da cultura funk através da internet, rompendo as barreiras de acesso a produção, difusão e consumo cultural e chegando a outras classes sociais. Os passinhos de funk divulgados através de vídeos no YouTube chegaram a ultrapassar os 4 milhões de visualizações na plataforma, desencadeando uma série de batalhas de dança filmadas amadoramente e divulgadas na rede*. Jovens da periferia passaram

a participar de concursos e ver na música e na dança uma possibilidade de expressão.

O segundo maior canal de YouTube no Brasil hoje é de uma produtora de vídeos de funk, a KondZilla, que já soma quase 6 bilhões de exibições no site e frequentemente chega à marca de um milhão de visualizações em um só vídeo em 24 horas. O produtor do canal, Konrad Dantas, negro e nascido em uma favela, entrou no ramo ao ver um bem-sucedido vídeo de funk gravado em celular. Hoje pretende ser o maior comunicador com jovens de comunidade do país**.

* Disponível em: <goo.gl/UDxW7p>.

** Disponível em: <goo.gl/xeUi1>.

> Acesso a computador com internet ainda é desafio para mais pobres

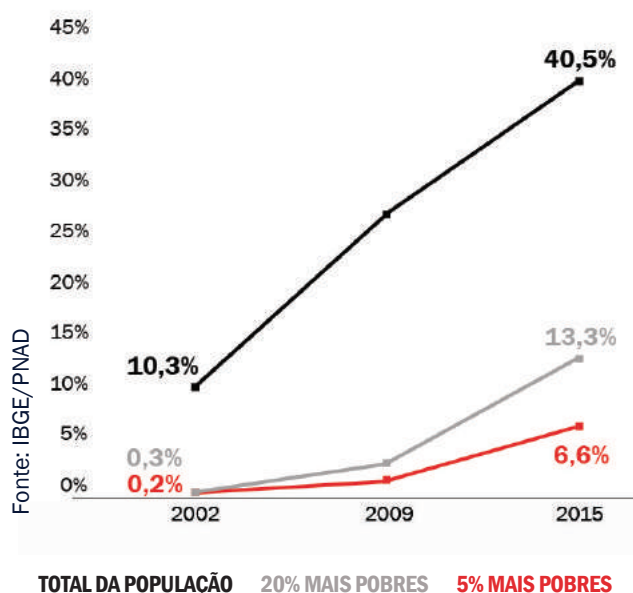


Gráfico 17 – Percentual de domicílios particulares permanentes com microcomputador com acesso à internet, por faixa de renda

Segundo estudo, 91% dos internautas no Brasil acessam a web via celular¹⁰.

Apesar de ainda baixo, cresceu oito vezes mais rápido o acesso dos mais pobres a microcomputadores conectados na internet.

Em 2002, os lares com computadores ligados à rede chegavam a uma minoria dos lares de famílias negras, sendo que 81% dos computadores conectados à internet estavam em lares de famílias brancas. Em 2015 a diferença ainda permanece, mais muito menor. São 57,5% entre os brancos e 41,5% entre os negros, com uma redução da iniquidade, com mais de 33 milhões de pessoas tendo este bem que representa informação, oportunidade de trabalho e lazer.

¹⁰ Reuters Institute Digital News Report 2017. Disponível em: <goo.gl/k5UHTw>.

> **Reduz diferença de acesso a computador com internet entre domicílios de famílias brancas e negras**

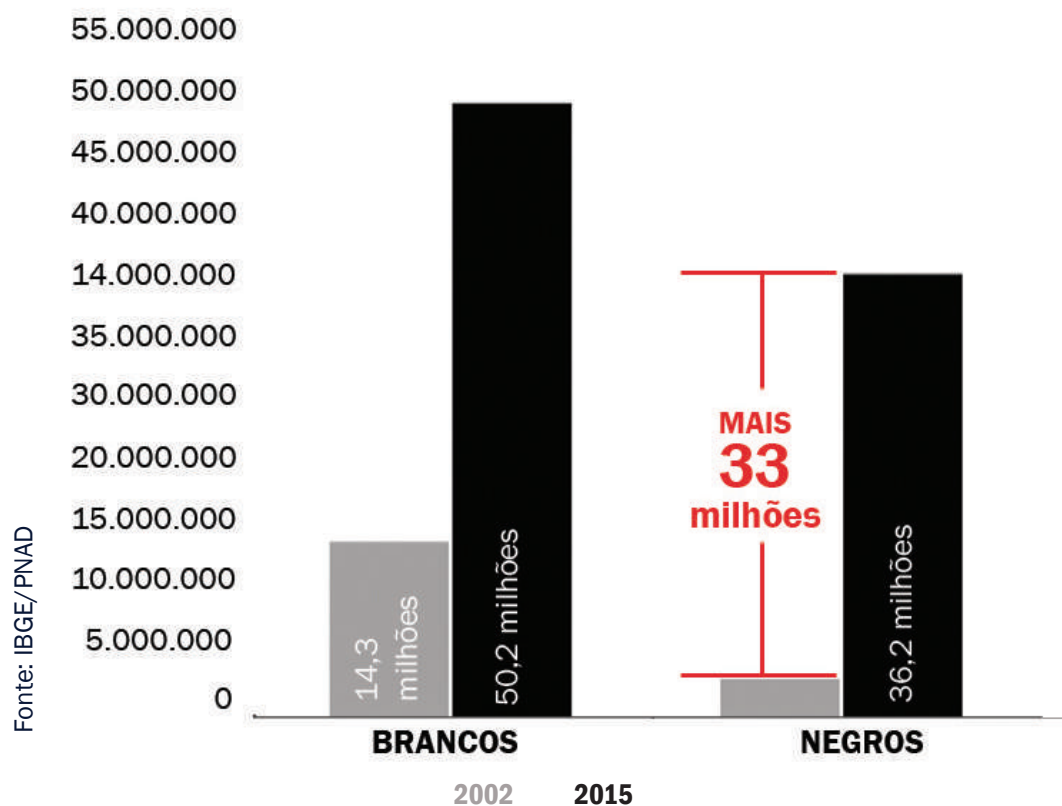


Gráfico 18 – Distribuição da população segundo acesso a microcomputador com internet no domicílio, por cor/raça

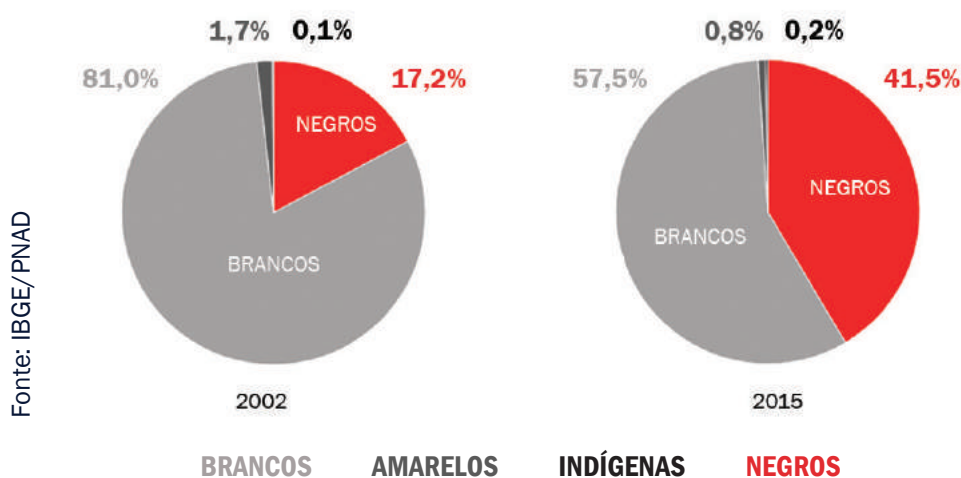


Gráfico 19 – Percentual da população segundo acesso a microcomputador com internet no domicílio, por cor/raça

DESIGUALDADE **RACIAL**

***Ao comparar 2002
e 2015 vemos que a
maior transformação
na situação da
desigualdade
multidimensional foi
entre os negros***

Acesso a políticas universais na busca por equidade

Negros e negras representam mais da metade da população brasileira em termos numéricos. São reconhecidos os altos níveis de exclusão de acesso a direitos que a população negra é historicamente submetida. A perversidade da desigualdade que mais marca a cisão da sociedade brasileira é expressa em um dado gigantesco: entre os pobres, mais de 70% são negros.

As faces da desigualdade que atingem a população negra vão além da pobreza de renda. Negros não pobres também estão fora do acesso a direitos, inclusive, a bens de consumo básicos. A exclusão é geral, e os negros estão entre os que sempre são deixados para trás. Para reter as dimensões dessa exclusão e o esforço de alteração dessa realidade vale olhar o total da população negra. Neste capítulo os dados se referem ao universo da população negra, independentemente da renda.

Ao comparar 2002 e 2015 vemos que a maior inflexão na redução da desigualdade multidimensional aconteceu entre os negros. Isso ocorreu pela ampliação do acesso na busca da universalização que permitiu a inclusão massiva nas políticas sociais, aliada ao aumento da renda do trabalho. Como a cobertura se tornou massiva e tendeu a universalizar, os negros foram incluídos. O Estado alcançou os últimos. Este investimento em políticas públicas e na ampliação da renda deve avançar na superação das iniquidades que permanecem. Do contrário, continuaremos a reproduzir a desigualdade, pois os brancos já haviam

alcançado este patamar e já estão em outro, lá na frente.

Esta análise não quer só tirar uma fotografia do nível de desigualdade que há hoje entre negros e brancos. A proposta é chamar atenção para o filme, para o processo de inclusão que vem ocorrendo.

Enfrentar a desigualdade racial é um desafio permanente e comum ao conjunto da sociedade, assim como o racismo e o preconceito que persistem velados e presentes nos atos cotidianos. Nesse contexto, parte das explicações sobre o aumento do ódio e da discriminação que vem sendo agravados nos anos recentes deve ser buscada também na ampliação do acesso e oportunidades proporcionado à população negra.

Chama a atenção o número de assassinatos no Brasil: a cada 100 pessoas assassinadas, 70 são negras. Os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças¹¹.

Para evidenciar a transformação ocorrida entre 2002 e 2015 optamos por organizar dois blocos de indicadores. O primeiro destaca três indicadores do acesso à educação: jovens de 15 a 17 anos, no ensino médio na idade certa; acesso ao ensino superior; e chefes de família com ensino fundamental completo. O acesso à infraestrutura e a bens de consumo e serviços é tratado no segundo bloco.

¹¹ Atlas da Violência 2017, IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Dados evidenciam melhora no desempenho escolar de pobres e negros

Já destacamos nesta publicação o quanto o indicador “população de 15 a 17 anos na série compatível com a idade escolar” é adequado para captar transformações na educação. Entre os jovens negros houve um crescimento de 117%, entre 2002 e 2015, com novos 1,8 milhão de estudantes na escola na idade certa.

Ao se defrontar com essa positiva ampliação, há de se resgatar que é possível desconstituir a naturalização do fracasso escolar dos pobres e negros enquanto um processo coletivo e amplo.

> Brasil tem 3,3 milhões de jovens negros no ensino médio na idade certa, superando alunos brancos

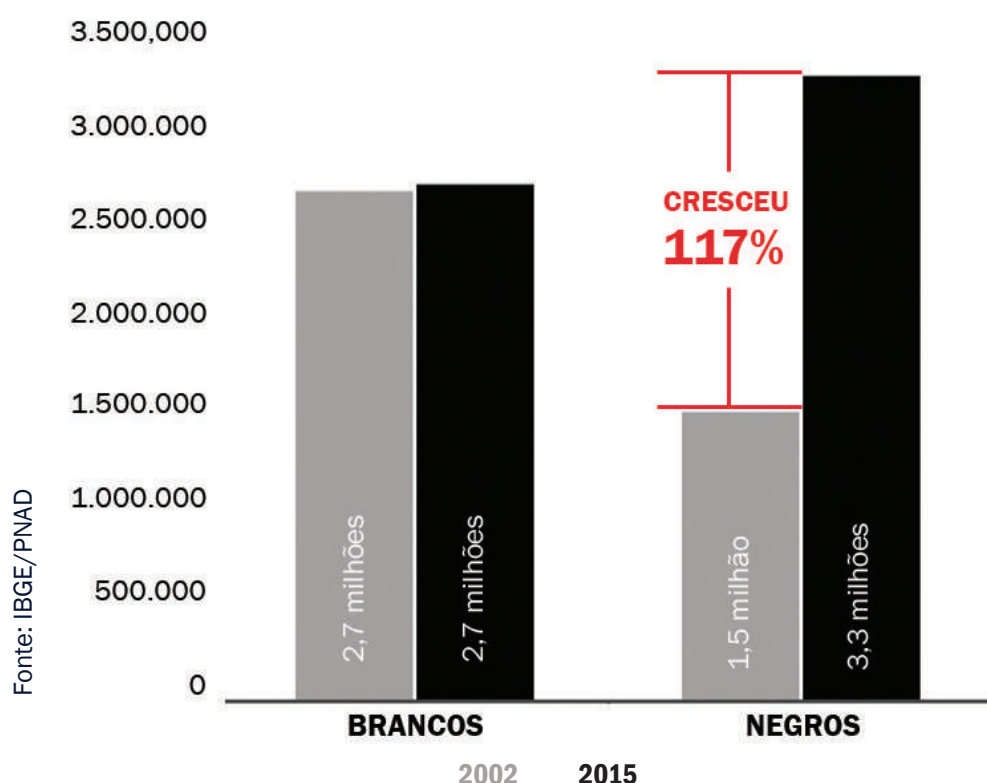


Gráfico 20 – Distribuição da população de 15 a 17 anos de idade segundo frequência escolar no ensino médio ou etapa posterior de ensino, por cor/raça

Os dois pontos que mais se destacam na redução das iniquidades educacionais da população negra no Brasil e do abismo que separa negros e brancos são captados pe-

los números do acesso ao ensino superior dos jovens negros de 18 a 24 anos e dos chefes de família negros com ensino fundamental completo.

> Presença de jovens negros na universidade cresceu 268%

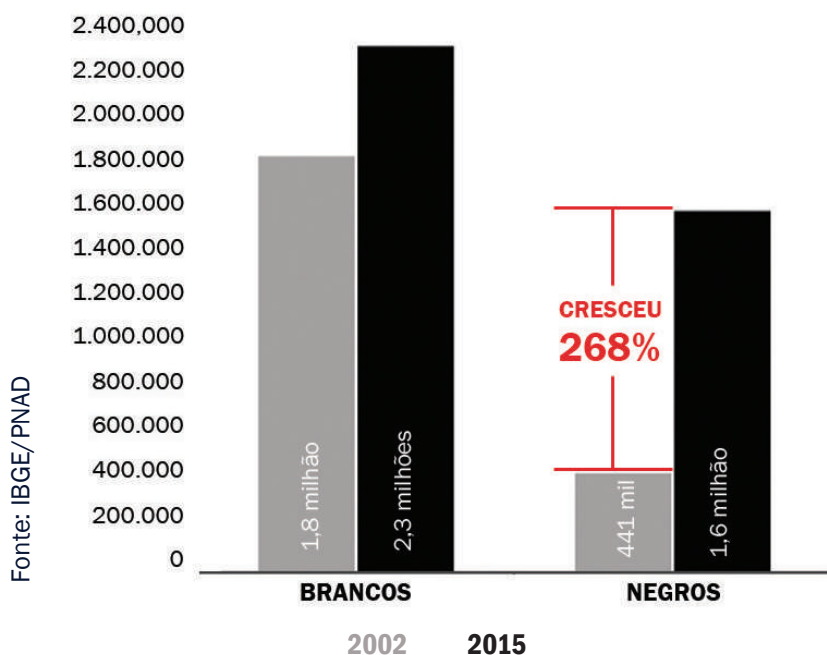


Gráfico 21 – Distribuição da população de 18 a 24 anos de idade segundo frequência escolar no ensino superior (inclusive mestrado e doutorado), por cor/raça

Enquanto os brancos aumentaram sua presença na universidade de 1,8 milhão para 2,3 milhões de pessoas, com ampliação de 26%, os negros passaram de pouco mais de 400 mil para 1,6 milhão de jovens. O aumento foi de 268%.

A desigualdade de acesso entre brancos e negros foi reduzida. Vários fatores propiciaram esse processo de inclusão universitária, que compreende graduação, mestrado e doutorado. Reflete o avanço no aproveitamento das crianças e dos jovens negros nas etapas que antecedem o ensino superior, com muitos adolescentes concluindo o ensino fundamental e médio

na idade certa e fora do trabalho infantil. Esse período foi marcado pela ampliação da renda das famílias mais pobres, o que permitiu a permanência desses jovens na escola.

O esforço estatal de ampliação de vagas nas universidades públicas e privadas foi essencial para garantir o direito de acesso aos jovens mais pobres. E a política de cotas foi decisiva enquanto ação afirmativa ao enfrentar a discriminação racial no acesso à universidade pública, mesmo produzindo resistência, polêmica e incompreensão por parte dos setores médios e formadores de opinião na sociedade.

Em 2002, entre a população branca, 12 milhões de lares tinham chefes de família com ensino fundamental completo, esse número chegava a 5,7 milhões entre os negros. A mudança neste cenário denota uma grande transformação para brancos e negros.

O hiato nessa situação foi reduzido. Do ponto de vista de uma trajetória histórica, o país leva mais de 500 anos para garantir que 5,7 milhões de lares tenham, entre os seus responsáveis, pessoas que atingiram o ensino fundamental completo. Em apenas 13 anos são incluídas 11,8 milhões de pessoas de referência com esse grau de escolaridade.

> Cresce em 207% os chefes de famílias negras que concluem o ensino fundamental

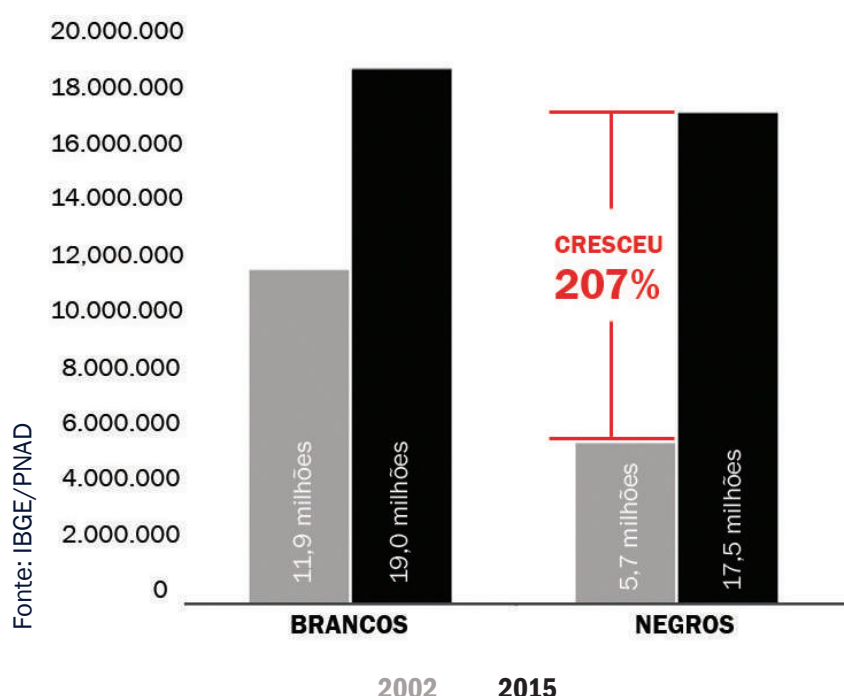


Gráfico 22 – Distribuição das pessoas de referência de domicílios particulares permanentes segundo nível fundamental completo, por cor/raça

A escolaridade dos pais ou responsáveis dos domicílios é um fator determinante da vulnerabilidade socioeconômica porque impacta na melhoria das condições

de vida de toda a família, principalmente dos filhos, além da ampliação de capacidades e do aproveitamento de oportunidades.

> Educação: reduz a diferença de acesso entre negros e brancos

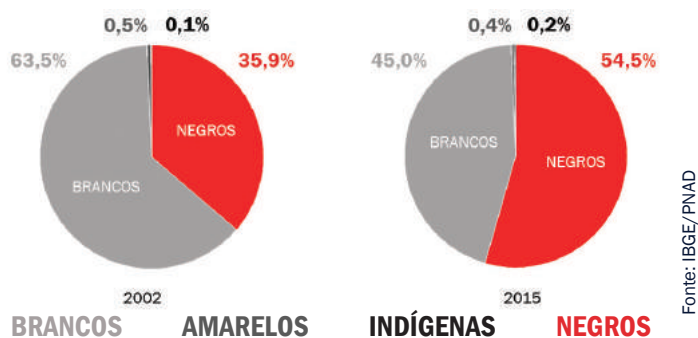


Gráfico 23 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta escola no ensino médio ou etapa de ensino posterior, por cor/raça

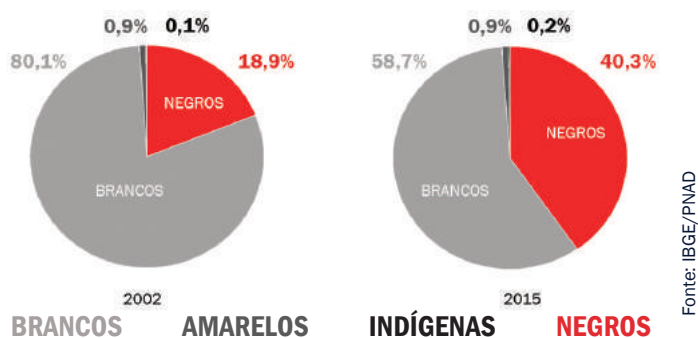


Gráfico 24 – Percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta escola no ensino superior (inclusive mestrado e doutorado), por cor/raça

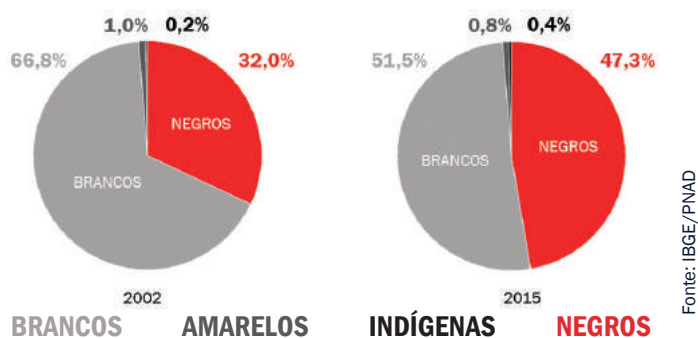


Gráfico 25 – Percentual de pessoas de referência de domicílios particulares permanentes com nível fundamental completo, por cor/raça

Expansão dos serviços de infraestrutura chegou especialmente a negros

Água, esgotamento sanitário e energia elétrica compõem serviços públicos que são obrigação de oferta do Estado e historicamente distribuídos de forma desigual, refletindo-se no território.

Nos três serviços demonstrados a seguir é evidente o desequilíbrio de acesso nos domicílios de famílias negras e brancas. Em termos absolutos e relativos foi corrigida uma injustiça do Estado garantindo que o

processo de expansão da infraestrutura no Brasil alcançasse finalmente os domicílios de famílias negras. Ter chegado nestas famílias significa ter buscado a universalização dos serviços e ter conseguido chegar aos pobres, às periferias, ao rural e ao Norte e ao Nordeste.

No caso do escoamento sanitário, o acesso em 2002 atingia 43,8 milhões de negros e negras; e passa em 2015 para 81,3 milhões.

> Escoamento sanitário cresceu 85% para a população negra

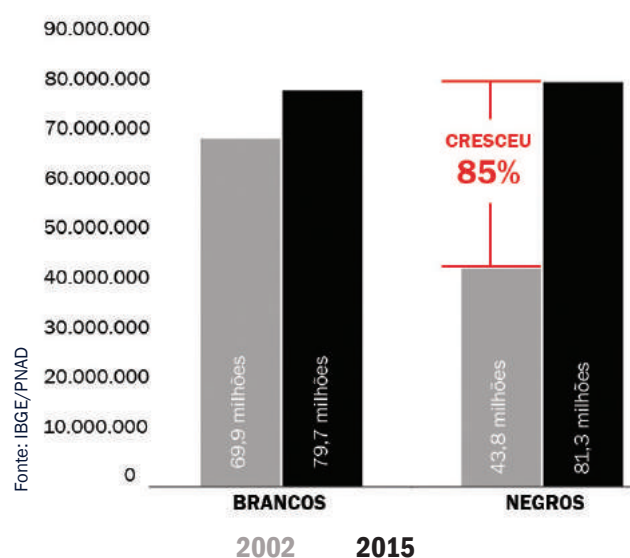


Gráfico 26 – Distribuição das pessoas segundo acesso a escoamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica), por cor/raça

> Acesso à água chega a mais 38 milhões de negros e negras

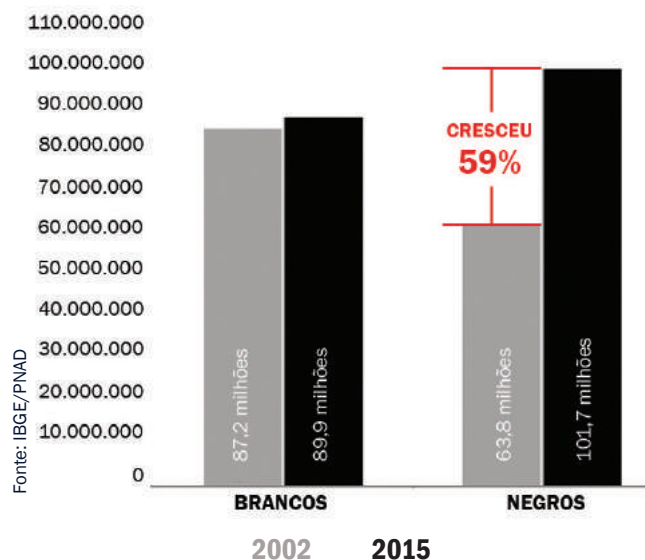


Gráfico 27 – Distribuição das pessoas segundo acesso à água por rede geral, poço ou nascente com canalização interna, por cor/raça

São 37,5 milhões de novos cidadãos negros com acesso a um serviço determinante para a melhoria das condições ambientais, de saúde e de pleno desenvolvimento. Seria o equivalente a colocar rede de esgoto para metade da população da França.

Em 2002 eram 63,8 milhões de negros vivendo em domicílios com acesso à água. Este número em 2015 chega a 101,8 milhões. Ocorreu um crescimento de 59% entre os lares de famílias negras com água de qualidade propiciando menor incidência

de doenças que tem como vetor o consumo de água contaminada. Água é um direito fundamental que deve ser assegurado para todos. Mas nesse caso beneficia especialmente às mulheres, que não precisam mais buscar a água enfrentando longas distâncias, e às crianças, que deixam de adoecer.

Viver tendo acesso à energia elétrica significa muito mais que do um direito básico. São novos 33,8 milhões, totalizando 109 milhões de negros e negras com acesso à energia elétrica em 2015.

> Energia elétrica aumenta 44% para população negra chegando a 109 milhões de negros e negras

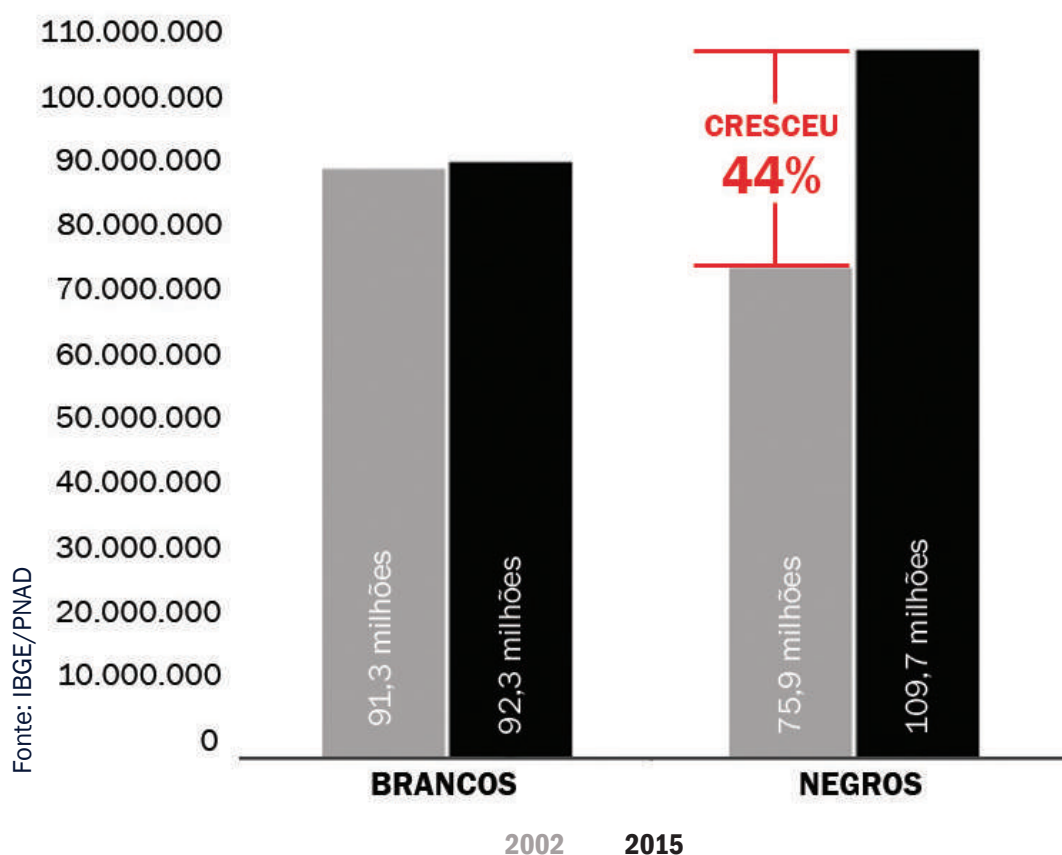


Gráfico 28 – Distribuição da população segundo acesso à energia elétrica em domicílios particulares permanentes, por cor/raça

> Infraestrutura: diminui a diferença entre brancos e negros

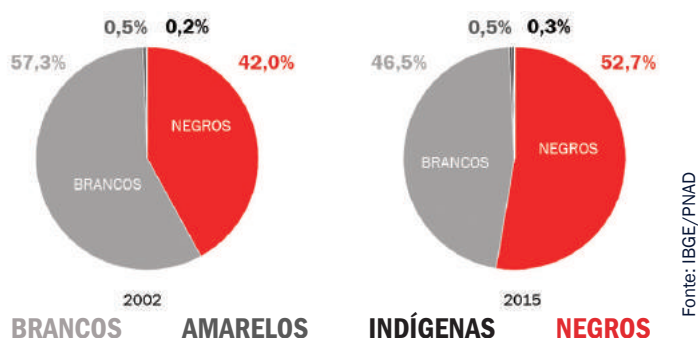


Gráfico 29 – Percentual de pessoas com acesso à água por rede geral, poço ou nascente com canalização interna, por cor/raça

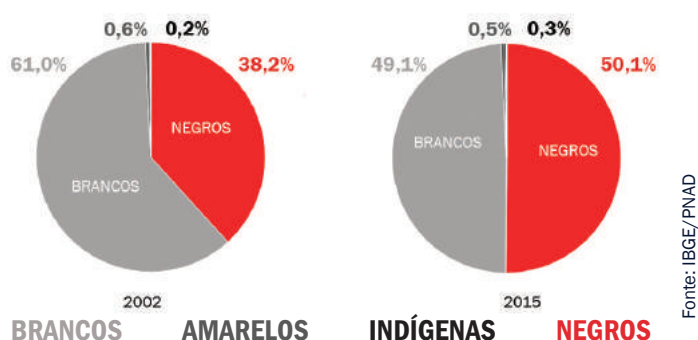


Gráfico 30 – Percentual de pessoas com escoamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica), por cor/raça

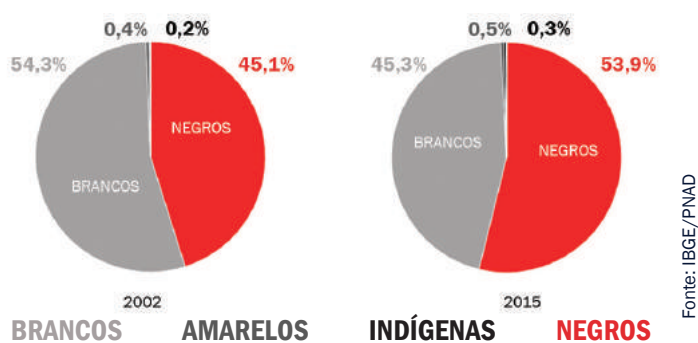


Gráfico 31 – Percentual de pessoas com energia elétrica, por cor/raça

Mais direito a segurança alimentar, comunicação e lazer para famílias negras

Nesta discussão de consumo elegemos alguns bens duráveis que denotam a distância em termos das condições de vida cotidiana entre a população negra e branca no país. É importante observar que para o total da população negra, mesmo considerando todas as faixas de renda, o acesso aos bens de consumo duráveis possuía entraves, que conforme os dados demonstrados a seguir, estão sendo superados.

Muito além de um mero consumo, estes bens proporcionam qualidade de vida, ge-

ração de renda, segurança, igualdade de condições. E uma parcela representativa dos brasileiros, justamente os negros, continuava sem acesso.

Qualificar o consumo destes bens como direito é uma visão defendida neste trabalho e se relaciona com o acesso a outros direitos fundamentais como o direito humano à alimentação – no caso do acesso a geladeira – ou o direito à comunicação, cultura e lazer – com o acesso a celular, computador, internet.

> Número de famílias negras com geladeira supera o de famílias brancas

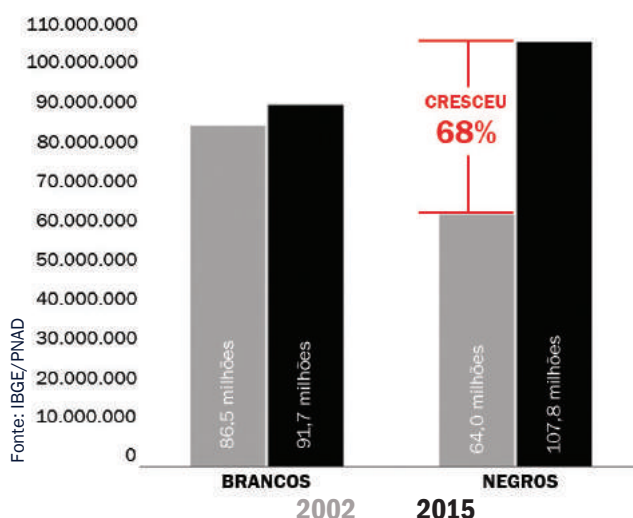


Gráfico 32 – Distribuição da população segundo posse de geladeira ou freezer em domicílios particulares permanentes, por cor/raça

> Celular chega a todos e aumenta em 404% para a população negra

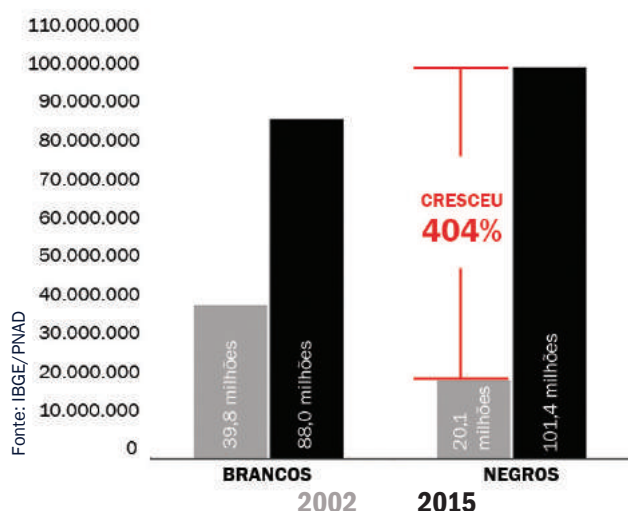


Gráfico 33 – Distribuição da população segundo posse de telefone celular em domicílios particulares permanentes, por cor/raça

SAÚDE

***Dimensões da
desigualdade são
fortes Determinantes
Sociais de Saúde***

Redução das faces da desigualdade impacta a saúde

A saúde é um reflexo direto das condições socioeconômicas da população. O crescimento desordenado das cidades, a falta de saneamento básico e água de qualidade, as condições de moradia, de trabalho, a alimentação, educação, questões étnicas/raciais, aspectos vistos até agora neste trabalho enquanto dimensões da desigualdade são fortes Determinantes Sociais de Saúde.

Alguns indicadores de saúde podem ser considerados resultantes diretos das demais políticas públicas, ou da ausência delas. Mortalidade Infantil (em crianças menores de 1 ano) certamente é o mais marcante. O indicador vem caindo de forma sistemática no Brasil. De 2002 a 2015 saiu de 23,4 por mil nascidos vivos para 12,9¹². A queda foi

mais acentuada no Norte e Nordeste, exatamente onde os índices eram maiores, e onde mais se ampliou as políticas públicas, como vimos anteriormente. É um indicador síntese do esforço bem-sucedido de redução da pobreza, de acesso à água, da ampliação da escolaridade das mães, entre outros fatores.

Estudo publicado na revista *The Lancet* informa impactos da redução da pobreza, através do Programa Bolsa Família quando associado ao Programa de Saúde da Família, a Mortalidade Infantil causada por diarreia recua em 46% e reduz em 58% nos casos de desnutrição. (RASELA et al., 2013).

¹² Valores até 20/mil nascidos vivos estão na faixa considerada baixa pela Organização Mundial de Saúde.

> Mortalidade infantil recua 45%

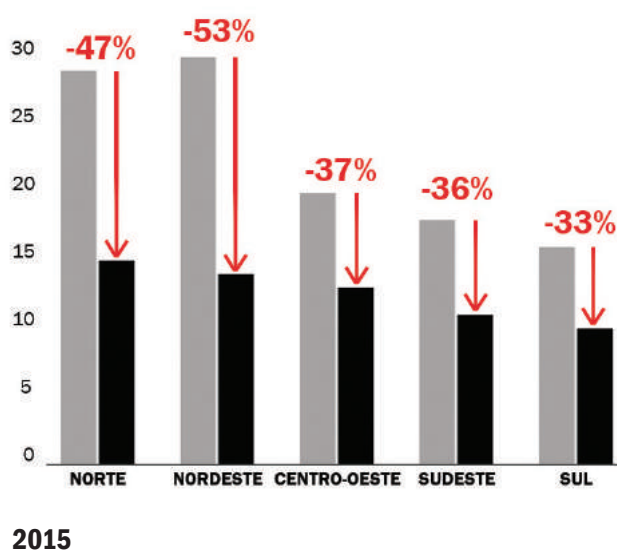
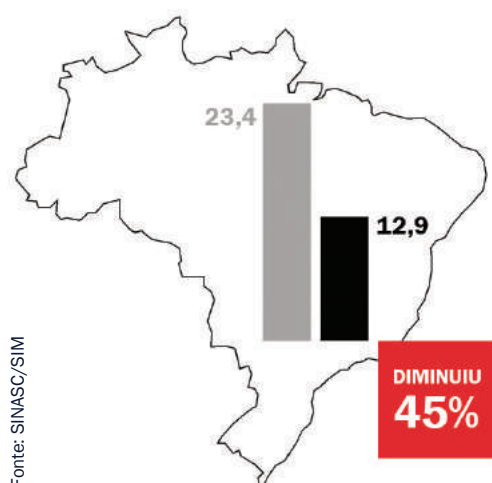


Gráfico 34 – Taxa de mortalidade infantil no Brasil e por região (por 1.000 nascidos vivos)

Mais atendimentos na atenção básica e busca de equidade em saúde

Em 2002, a cobertura populacional em atenção básica era de 31,8% e em 2015 passou para 63,2%. Associada à forte expansão, as políticas de saúde passaram a reconhecer especificidades geradas pelas situações de vulnerabilidade social e exigiram novos modelos de organização dos serviços. Estas estratégias chegaram a diferentes públicos, que permaneciam excluídos dos esforços de universalização da cobertura dos serviços. Iniciativas como o Programa Mais Médi-

cos, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), os Consultórios na Rua, as Unidades Básicas Fluviais de Saúde, as Unidades Móveis de Saúde Bucal, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, entre outras, se somaram à expansão da rede e ao aumento dos atendimentos no Sistema Único de Saúde.

Os indicadores abaixo permitem visualizar parte deste processo.

> Atendimento médico na atenção básica para o público geral cresceu 64%

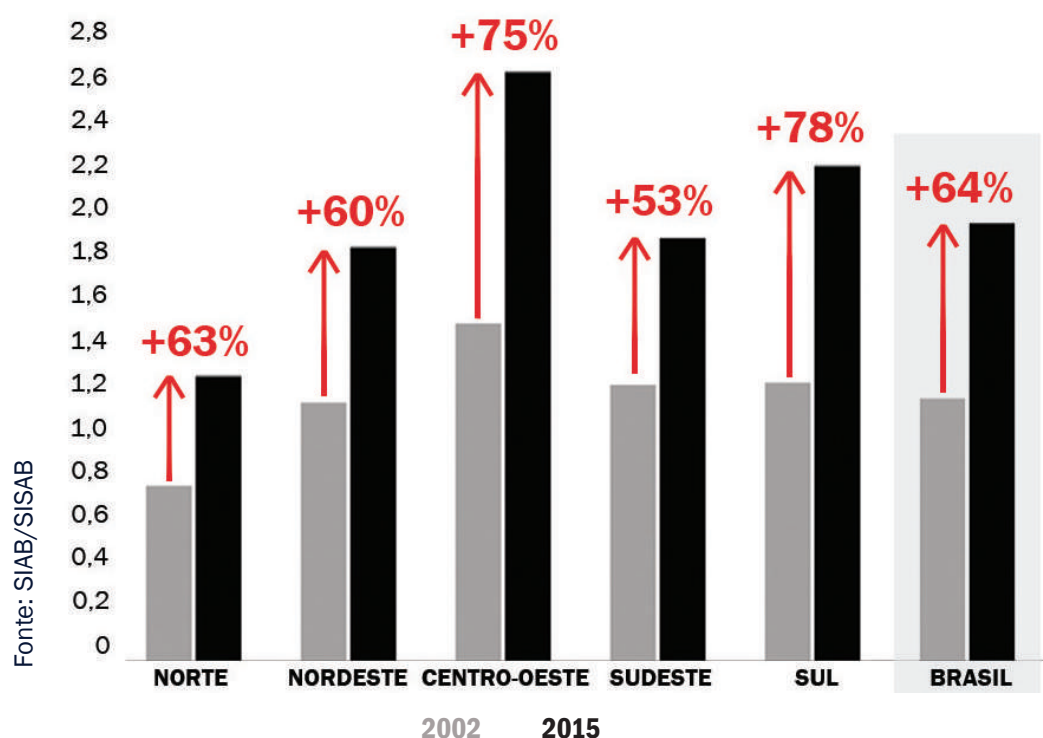


Gráfico 35 – Média anual de atendimentos médicos e de enfermagem por habitante na atenção básica

> Aumento de 39% de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal

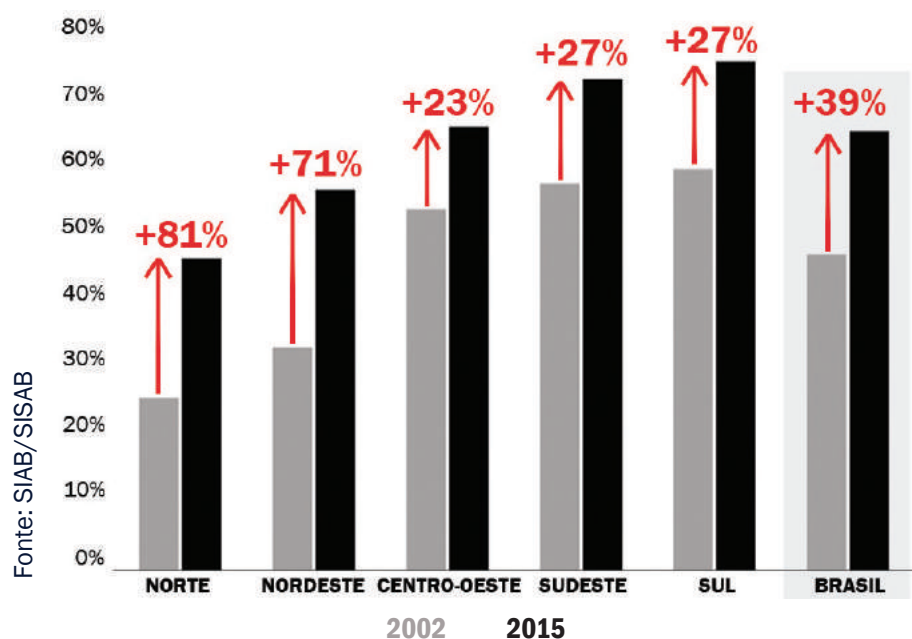


Gráfico 36 – Percentual de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal

MAIS MÉDICOS

O Programa Mais Médicos, criado em 2013, levou 18,4 mil médicos a mais de 65 milhões de brasileiros. Uma estratégia inovadora, desenhada a partir da ausência de médicos em territórios classificados como de alta vulnerabilidade econômica e social.

A implantação do Mais Médicos teve como uma das referências o Cadastro Único, priorizando a população em situação de pobreza. Pela primeira vez, todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas brasileiros passaram a contar com médicos, também se atingiu elevada cobertura em comu-

nidades quilombolas e assentamentos. O Mais Médicos foi até onde os pobres e vulneráveis estavam, conseguindo romper com a desigualdade de acesso primário à saúde.

A formação dos novos médicos buscou a expansão rumo ao interior. Foram criadas até 2016, 6.391 novas vagas em cursos de graduação, sendo 59% em instituições privadas e 41% em instituições públicas. Também pela primeira vez, o interior do Brasil atingiu mais vagas que as capitais.

> Atendimento às crianças de até 1 ano na atenção básica cresceu 15%

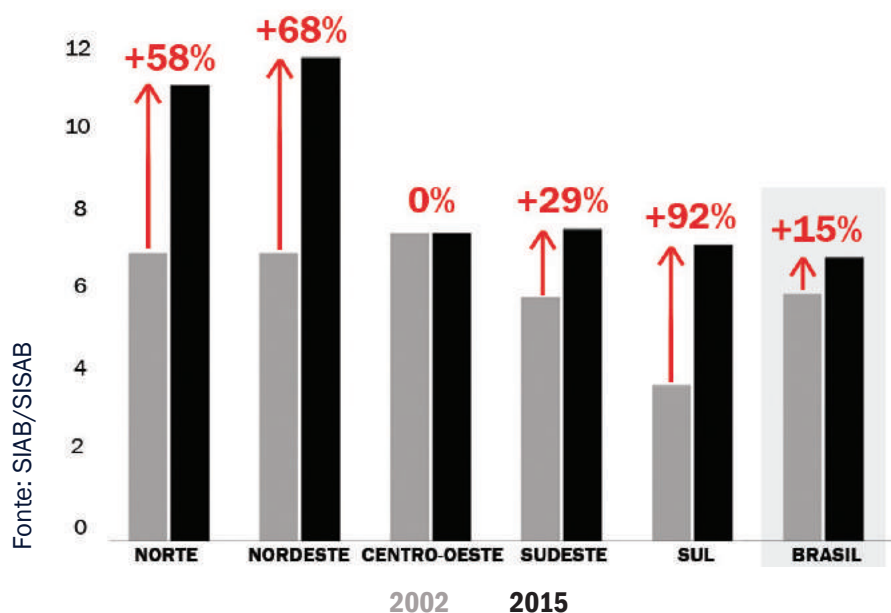


Gráfico 37 – Média anual de atendimentos médicos e de enfermagem em menores de 1 ano na atenção básica

> Atendimento na atenção básica de crianças de 1 a 4 anos cresceu 52%

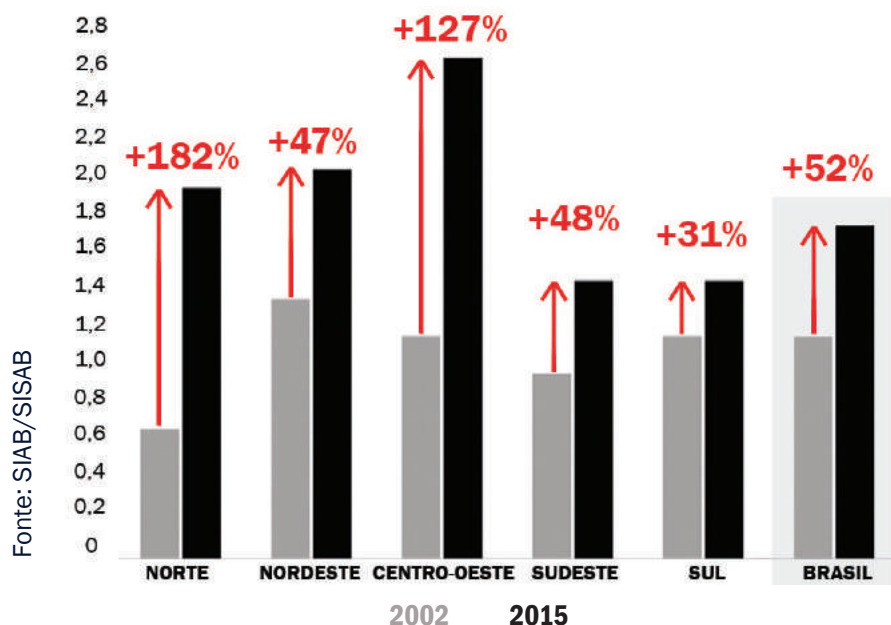


Gráfico 38 – Média anual de atendimentos médicos e de enfermagem em crianças de 1 a 4 anos na atenção básica

EFEITOS DO BOLSA FAMÍLIA SOBRE A SAÚDE

1. Programas Bolsa Família e Saúde da Família juntos reduzem a mortalidade infantil causada por diarreia em 46%. (RASELLA et al., 2013).
2. A associação dos dois programas também é responsável pela redução de 58% das mortes de crianças causadas por desnutrição. (RASELLA et al., 2013).
3. Redução da prevalência de baixo peso ao nascer. (SANTOS et al., 2013).
4. Redução em 51% do déficit de estatura das crianças até 5 anos, que indica “desnutrição crônica”, de acordo com a referência estabelecida pela Organização Mundial de Saúde. (JAIME, et al., 2014).
5. Risco de desnutrição das crianças que estão no Bolsa Família há mais de 4 anos cai à metade. (JAIME et al., 2014).
6. Taxa de identificação precoce de gestações de beneficiárias do Bolsa Família aumentou 57% após o início do pagamento do Benefício Variável para Gestante. (MS e MDS).
7. As crianças do Bolsa Família recebem o leite materno como único alimento até os 6 meses de vida em proporção maior do que as famílias não beneficiárias. (MS).
8. Verificada redução substancial de taxas de internação hospitalar em crianças menores de cinco anos. (FACCHINI et al., 2013).
9. Relação entre a alta cobertura do Programa Bolsa Família e redução de 21% da taxa de detecção de hanseníase. (NERY et al. 2014).
10. Taxa de cura de 7% maior nos casos de tuberculose entre os beneficiários do Bolsa Família quando comparado aos não beneficiários. (TORRENS, 2016).

RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

***Renda cresce para
toda população,
principalmente para
os pobres***

Por um desenvolvimento com inclusão

Transitamos nos capítulos anteriores por diversos indicadores que permitiram aferir a queda da desigualdade em múltiplas faces entre 2002 e 2015. Passamos agora a tratar da desigualdade de renda.

A opção de apresentar os indicadores de desigualdade de renda ao final desta publicação não é fortuita porque a discussão sobre renda, em geral, monopoliza os debates sobre pobreza e desigualdade, mesmo entre os que defendem uma avaliação multidimensional.

É inegável a redução da desigualdade de renda usando os dados da Pnad. O crescimento real da renda do conjunto da população chegou a 38% e foi ainda mais acentuado entre os mais pobres. A renda dos 20% mais pobres cresceu quase 4 vezes mais rápido que a dos 20% mais ricos. A ampliação acima da inflação ocorreu para todas as faixas de renda, apesar dos efeitos da crise econômica que já se fizeram sentir a partir de 2012.

> Renda dos 20% mais pobres cresceu quase 4 vezes mais rápido que a dos mais ricos

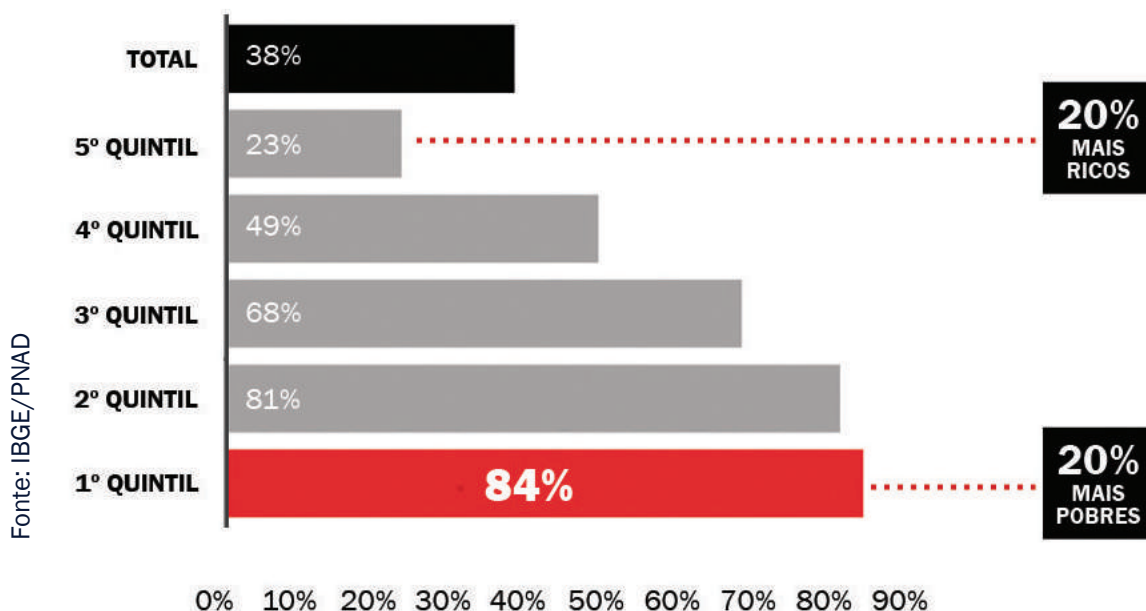


Gráfico 39 – Variação percentual do rendimento médio domiciliar *per capita* real entre 2002 e 2015, por quintis de renda

O recorte utilizado ao longo da publicação, os 5% e os 20% mais pobres comparados ao total da população, é ainda mais reve-

lador do crescimento acima da média, da renda dos mais pobres.

> Renda dos mais pobres tem variação real 25,6 pontos percentuais acima da média da população

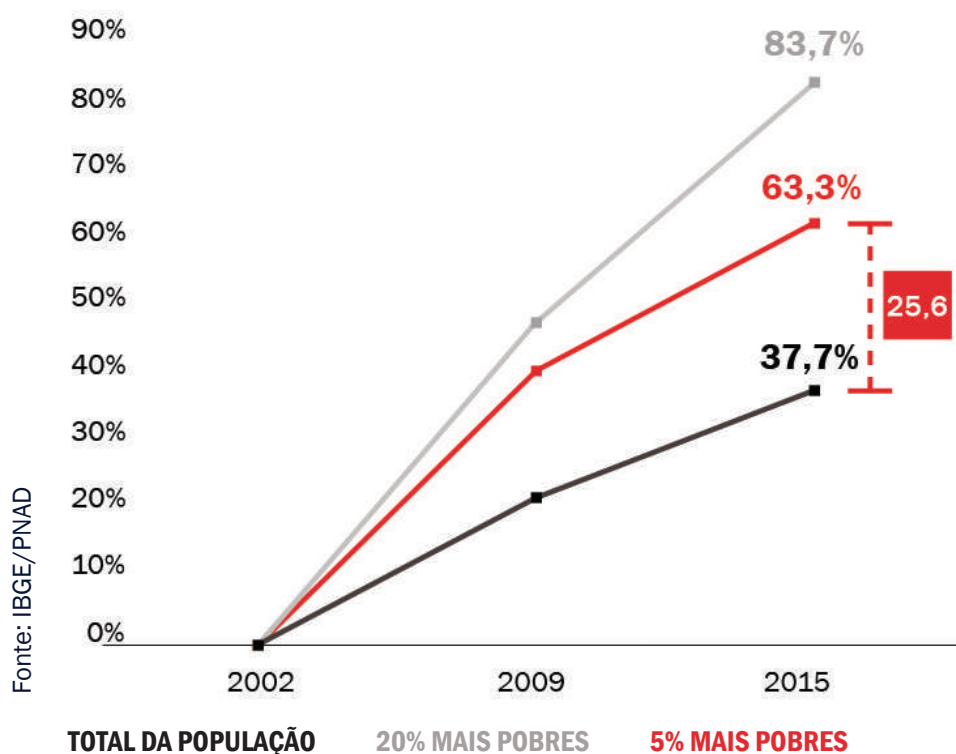


Gráfico 40 – Variação percentual do rendimento médio domiciliar *per capita* real entre 2002 e 2015, por faixas de renda

Esta inflexão nos padrões de crescimento da renda foi resultado de uma opção estratégica de associar o desenvolvimento econômico à inclusão social. Um conjunto de políticas públicas concorreram para romper com o histórico processo onde o crescimento econômico era seguido do aumento da desigualdade. Dentre elas podem ser destacadas:

1) Política de valorização do Salário Mínimo com aumento de mais de 70% acima

da inflação e fortalecimento do mercado de trabalho. O Salário Mínimo, além de referência para o conjunto das rendas do trabalho tem impacto direto nas aposentadorias e pensões;

2) Geração de 20 milhões de empregos formais para todos os níveis de qualificação, com queda na taxa de informalidade do mercado de trabalho. Significou a criação de empregos decentes dentro de uma rede de proteção social.

3) Retomada do investimento público e privado, com a recuperação do mercado interno, criação de vagas na construção civil, comércio e outros setores da economia, em especial no Norte e Nordeste. O desemprego chegou ao patamar mais baixo (6,1%) desde que começou a ser registrado.

4) Ampliação dos beneficiários do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) de 18,9 para 28,3 milhões.

5) Aumento da renda rural, pela dinamização do mercado consumidor interno, de políticas de compras públicas e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Pronaf;

6) Políticas de transferências de renda, principalmente, o Programa Bolsa Família, com 13,8 milhões de famílias beneficiárias e o Plano Brasil sem Miséria com impactos nas famílias jovens, com crianças e em si-

tuação de pobreza e extrema pobreza; e o Benefício de Prestação Continuada, alcançando 4 milhões de idosos e pessoas com deficiência pobres.

O período de 1995 a 2002 foi marcado pela estagnação da economia, pelo congelamento dos níveis elevados de pobreza e pela concentração de renda. A situação econômica levou a um agravamento da questão social e este foi o cenário que marcou o início do século¹³.

A partir de 2003, as políticas de combate à pobreza, a ampliação dos gastos sociais e o fortalecimento do mercado de trabalho impactaram diretamente nos indicadores de pobreza e de extrema pobreza, que passaram a declinar de forma contínua e consistente até chegar no patamar de 3%.

¹³ CALIXTRE e FAGNANI, 2017

> Extrema Pobreza no Brasil chega a 3%, menor índice da história

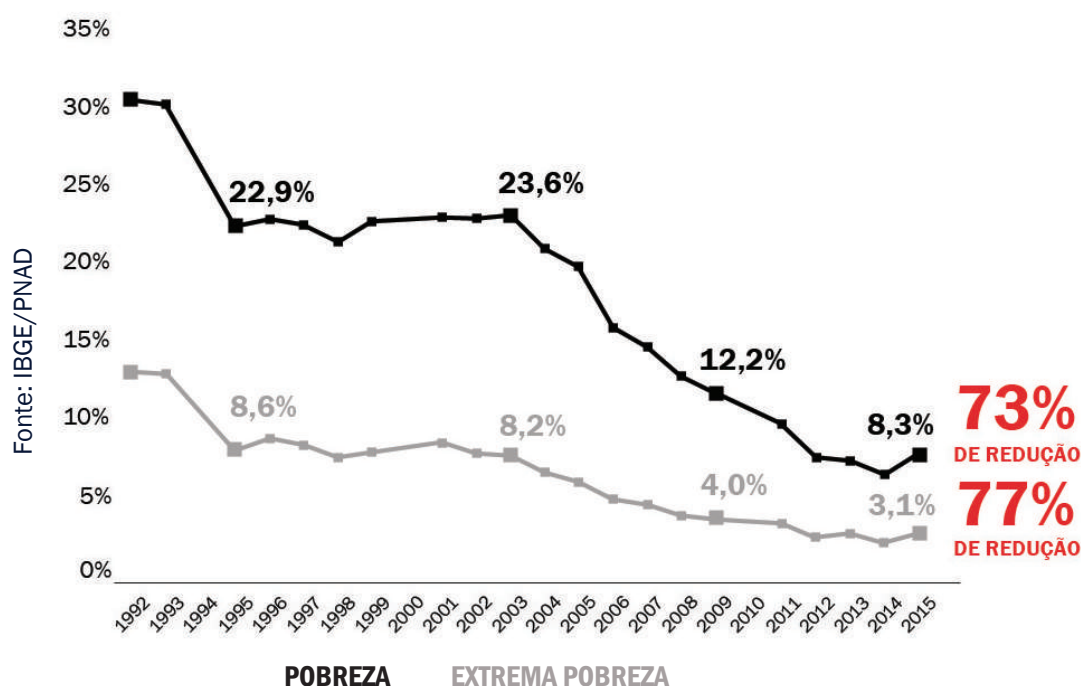


Gráfico 41 – Percentual da população em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil entre 1992 e 2015

Dentre os frutos deste processo está a superação da fome como fenômeno endêmico no país, em 2014, ano em que o Brasil foi declarado fora do Mapa da Fome das Nações Unidas¹⁴.

A queda da pobreza e extrema pobreza se reflete diretamente no Coeficiente de Gini, que declina de forma acentuada desde o início do governo Lula, de 0,59 até chegar a 0,49 no ano de 2015, seu mais baixo patamar.

É irrefutável o crescimento da renda dos mais pobres, da renda dos trabalhadores. Sendo necessário reconhecer que a envergadura deste aumento não foi suficiente para *contrarrestar* o longo processo de acumulação de patrimônio e riqueza que produziu os altos níveis de desigualdade no Brasil.

Não seria possível, em tão curto espaço de tempo, garantir um processo de distribuição de renda e riqueza capaz de reverter os padrões de desigualdade no Brasil apenas pela ampliação da renda do trabalho e dos gastos públicos, em especial os sociais.

Esta agenda, tragicamente interrompida, deveria ser mantida e ampliada. Porém, necessariamente, para enfrentar a desigualdade, seria imperativo avançar para outras frentes também estruturais que atuassem na dinâmica de acumulação de renda e riqueza. Neste campo vale lembrar um conjunto de reformas que o Brasil vem adiando como a tributária, a reforma política, dos meios de comunicação, além de aprofundar a reforma urbana e a agrária.



O núcleo da estratégia social no período 2003-2014 esteve ancorado no crescimento da economia que trouxe reflexos positivos na ampliação do gasto social, na recuperação do mercado de trabalho, na potencialização dos efeitos redistributivos da Seguridade Social e no combate à pobreza extrema. Todos esses fatores contribuíram para a melhoria dos indicadores sociais.

ANDRÉ CALIXTRE

Economista do IPEA

EDUARDO FAGNANI

Professor do Instituto de Economia da Unicamp

¹⁴“Achievement Award. Based on FAO estimates” Roma, 30 novembro de 2014. Relatório disponível em inglês pelo link: fao.org/3/a-i4030e.pdf

BOLSA FAMÍLIA COMO FATOR DE REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE

Não é possível abordar o tema do enfrentamento à pobreza no Brasil nos últimos quatorze anos sem falar do Bolsa Família. Criado em 2003, o programa é mais conhecido pela transferência de renda monetária realizada por meio de um cartão magnético às famílias inscritas no Cadastro Único. O complemento de renda que beneficia mais de 45 milhões de pessoas todos os meses foi determinante para que as famílias pudessem se alimentar, se vestir, comprar medicamentos e material escolar, aliviando a pobreza e aquecendo também a economia local. O Ipea em 2013 identificou que a cada R\$ 1,00 investido no Bolsa Família retorna R\$ 1,78 para a economia.

Reconhecido internacionalmente, os impactos na vida dos brasileiros pobres, foram impulsionados

pelas condicionalidades de educação e de saúde, que promovem a redução intergeracional da pobreza.

CADASTRO ÚNICO

Uma ferramenta que é a base para todo o processo de identificação das famílias em situação de pobreza é o Cadastro Único para Programas Sociais. Com ele, o Brasil conseguiu montar um mapa das demandas de segmentos específicos e orientar políticas públicas para uma ação mais efetiva do Estado. Foi a partir do Cadastro Único, por exemplo, que foi construído o Plano Brasil sem Miséria em 2011 com a estratégia para universalizar as cisternas, viabilizar a Busca Ativa para Luz para Todos e priorizar a atuação dos Mais Médicos no território.

POBREZA **MULTIDIMENSIONAL**

***O enfrentamento à
pobreza teve como
decorrência a
redução das
desigualdades em
suas múltiplas
dimensões***

A aproximação dos vários brasis

Neste último capítulo, a título de conclusão, buscamos uma visão panorâmica sobre as faces da desigualdade visitadas ao longo da publicação.

Desigualdade e pobreza são temas intrinsecamente correlacionados. Nesta seção iremos abordar a evolução dos indicadores de pobreza, no período de 2002 a 2015, tendo como enfoque a renda combinada às dimensões – frequência escolar, escolaridade, saneamento, água segura, eletricidade, moradia e acesso a bens duráveis. Para este exercício utilizamos o “Índice de pobreza crônica multidimensional”, desenvolvido pelo Banco Mundial, que incorpora indicadores de renda monetária e não monetária. Nesta metodologia são consideradas “pobres crônicas multidimensionais”, as famílias com renda abaixo da linha pobreza com três ou mais privações dentre as sete dimensões

consideradas estratégicas referidas nas considerações metodológicas.

Em 2002, os pobres crônicos no Brasil somavam 9,3% da população, enquanto que em 2015 o percentual é reduzido para o índice de 1%, mesmo o país já estando sob os efeitos da crise internacional. Ao contrário do que ocorreu em vários países que também reduziram a pobreza, no Brasil a pobreza crônica multidimensional cai ainda mais acentuadamente do que a pobreza de renda, refletindo o esforço de superar privações históricas e estruturais como foi o caso da educação dos pais, acesso à água de qualidade, saneamento, energia e acesso a bens de consumo.

¹⁵ Para os cálculos desenvolvidos neste trabalho os valores de pobreza e extrema pobreza são os usados pelo Banco e pelas Organizações das Nações Unidas para definir o ODS 1, respectivamente US\$ 1,25 dia e US\$ 2,5 dia (PPP). Nova métrica passou a ser usada no mês de outubro de 2017 pelo Banco Mundial.

> Pobreza crônica multidimensional atinge patamar histórico de 1%

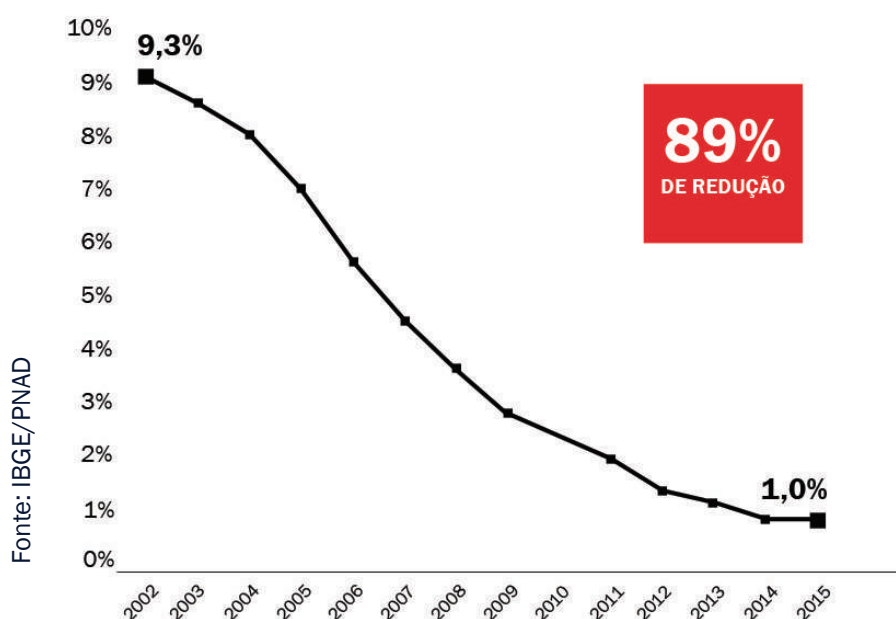


Gráfico 42 – Percentual da população em situação de pobreza crônica multidimensional no Brasil entre 2002 e 2015

Colocar luz no que ocorreu com a pobreza crônica no Brasil permite algumas inferências. A primeira e mais importante é que o processo de redução da pobreza caminhou junto com a redução das desigualdades de acesso a direitos, serviços e bens, fundamentalmente para os mais pobres, como buscamos demonstrar nas seções anteriores desta publicação.

Neste capítulo final queremos complementar a análise trazendo dados sobre a pobreza crônica multidimensional na perspectiva etária, de raça/cor e do território, sob o olhar regional e urbano/rural. Em todas estas perspectivas o Brasil de 2015 é muito menos desigual que o Brasil de 2002.

> Pobreza multidimensional e desigualdade têm maior redução entre os mais jovens

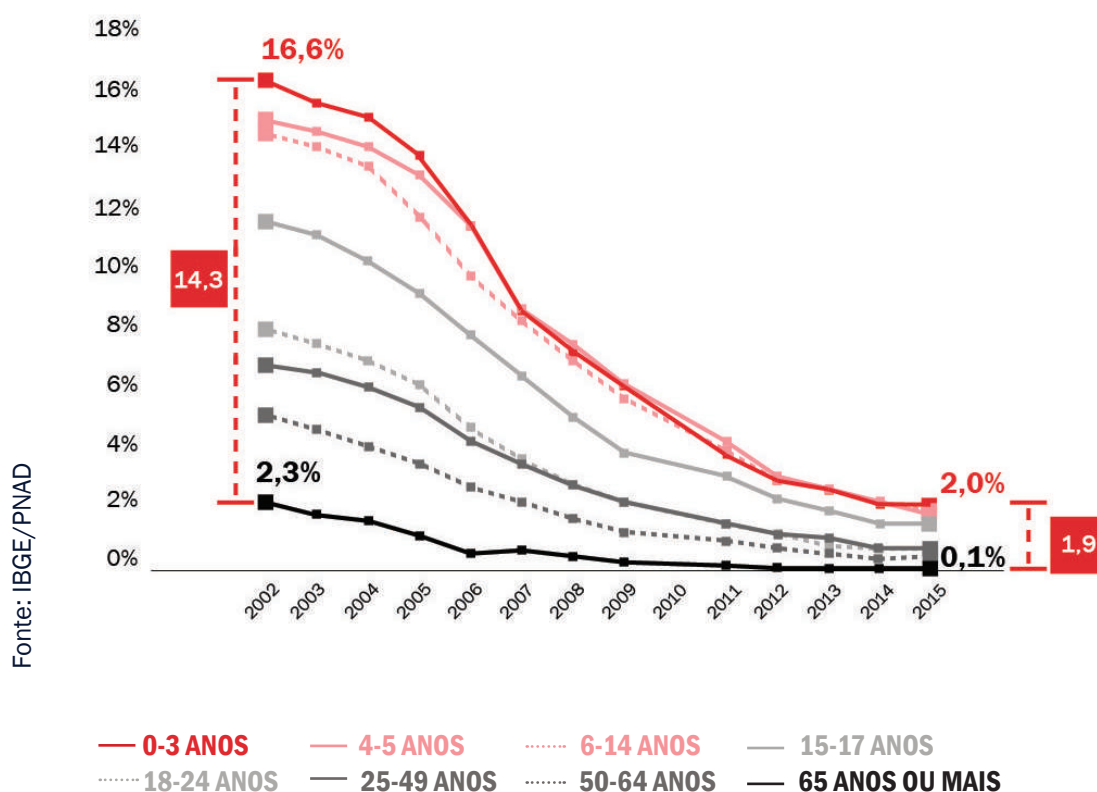


Gráfico 43 – Percentual da população em situação de pobreza crônica multidimensional, por faixa etária

O principal diagnóstico que direcionou as políticas de combate à pobreza é que se concentrava na infância e na adolescência. Entre as crianças de 0 a 3 anos a pobreza crônica chegava a 16,6%, em 2015, é registrado um patamar de 2,0%. Ainda é uma situação que persiste e exige que sejam aprofundadas políticas públicas que alcancem essas crian-

ças. No entanto, é exatamente nessa faixa etária que identificamos a mais estratégica redução de desigualdade, pois enfrenta uma de suas faces mais cruéis e perpetuadoras da pobreza. A primeira infância é a fase da vida onde a pobreza imprime consequências permanentes comprometendo o pleno desenvolvimento do indivíduo.

Redução da pobreza multidimensional resulta na queda da desigualdade racial

Também é possível identificar uma queda na pobreza multidimensional entre os negros. A convergência das curvas apresentadas no gráfico de Percentual da população em situação de pobreza crônica, por cor/raça é representativa de um processo de inclusão dos milhões de pobres, que em sua maior parte são negros. A pobreza entre os negros

é reduzida de aproximadamente 15% para 1,5%. Ao direcionar as múltiplas políticas públicas e priorizar os pobres, alcançamos também a grande maioria de negros excluídos de direitos e acesso a serviços e bens. Infelizmente, este processo de inclusão não foi acompanhado da redução da carga de discriminação, racismo e violência.

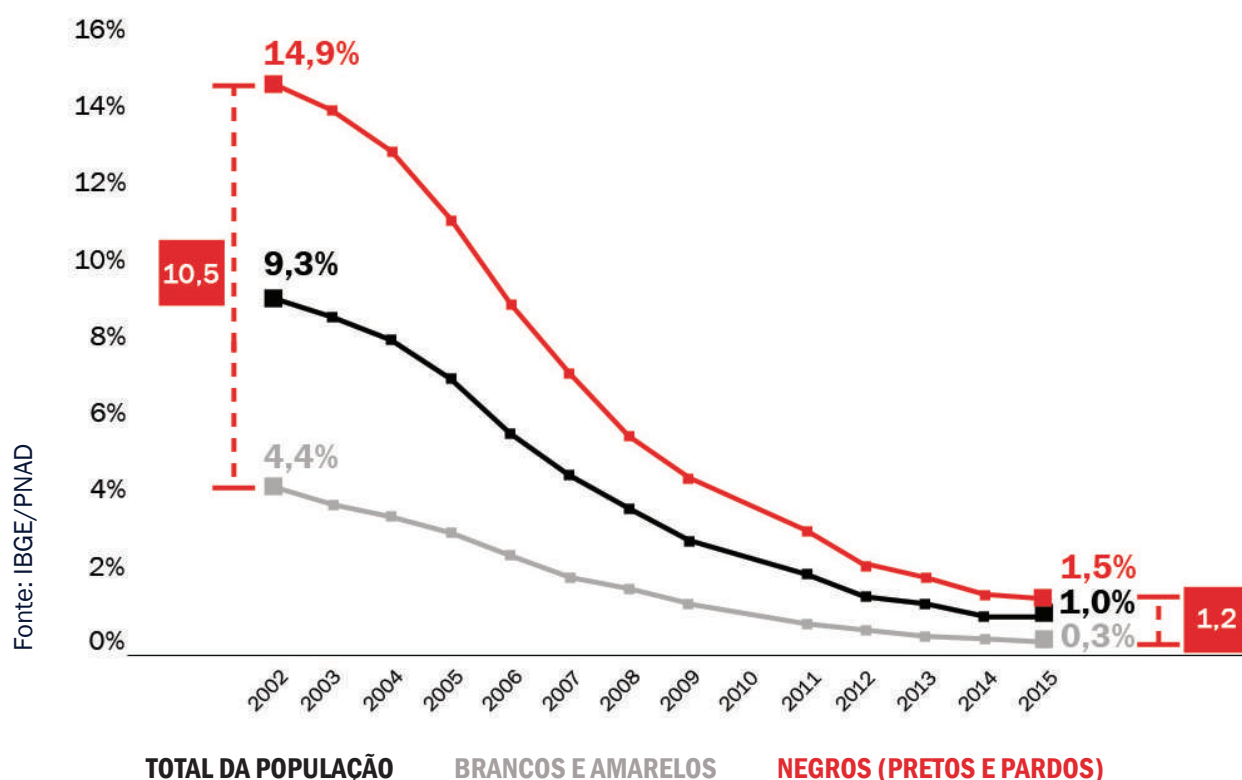


Gráfico 44 – Percentual da população em pobreza crônica multidimensional por cor/raça

A evolução da pobreza multidimensional sob a ótica territorial aponta uma aproximação entre as diferentes realidades do Brasil rural e do Brasil urbano, como também das regiões Norte e Nordeste em comparação com o Sul e Sudeste.

Enquanto que em 2002 a pobreza crônica atingia quase um terço dos moradores do campo, nas cidades impactava 5,1%. O rural tem mudado a sua paisagem, território onde justamente a omissão do Estado era atribuída às impossibilidades em reduzir a pobreza e melhorar as

condições de vida de seus habitantes. Os avanços conquistados contrariam a ideia de que os filhos dos trabalhadores rurais estão condenados a permanecerem na miséria.

A trajetória de queda da pobreza crônica multidimensional no Nordeste e no Norte constrói um Brasil mais igual do ponto de vista das suas regiões. Em 2002, 20% dos nordestinos eram pobres crônicos, ou seja, um em cada cinco (índice dez vezes maior que o Sudeste). Ao final de 2015, o Nordeste chega em 2,6%.

> Regiões do Brasil se aproximam com redução da pobreza multidimensional

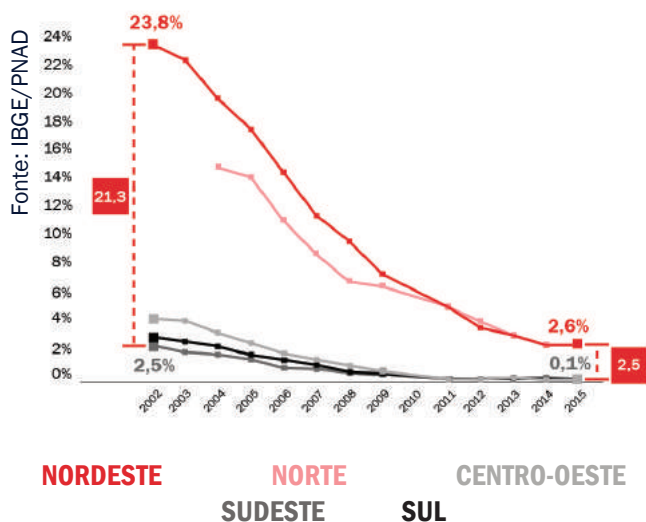


Gráfico 45 – Percentual da população em situação de pobreza crônica multidimensional, por região

> Melhores condições de vida no campo com queda da pobreza multidimensional

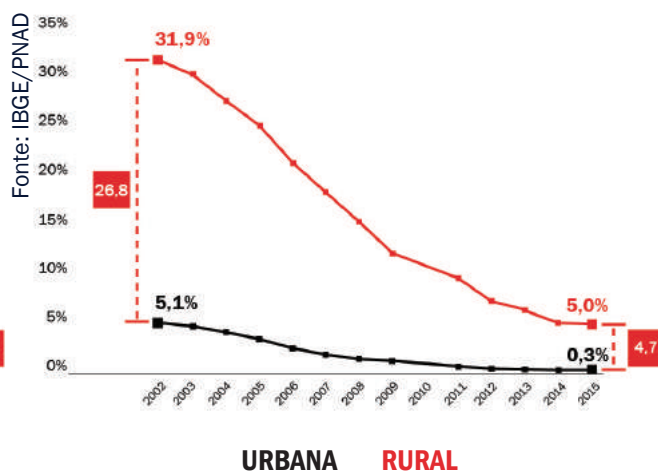


Gráfico 46 – Percentual da população em situação de pobreza crônica multidimensional, por situação censitária

Esta publicação constitui uma narrativa a partir de dados e indicadores sociais que permite constatar como o Brasil chegou em 2015. Foi ilustrativo acompanhar ao longo do texto as transformações estruturais e as mudanças no dia a dia dos mais pobres. Um filme foi exibido sob nossos olhos e aponta que um outro Brasil é possível. A ampliação de direitos, o enfrentamento das desigualdades e o avanço em políticas afirmativas permitiriam projetar as linhas dos inúmeros gráficos se aproximando cada vez mais, em um ritmo mais rápido e em um futuro não tão distante.

No período analisado ocorreu uma forte inflexão nos patamares de exclusão e desigualdade, que marcaram a história nacional por séculos, e eram tidas como naturais. Não se trata de exaltar os avanços. E sim, de afirmar a esperança: podemos reduzir desigualdades. Se o país foi capaz em tão curto espaço de tempo alterar questões sociais estruturais e construir caminhos para superação de problemas como a fome, a miséria, a mortalidade infantil, provou que é factível implementar um modelo de desenvolvimento com inclusão, provou, ainda, que o Estado pode estar a serviço da reparação das injustiças sociais.

O país viveu na década de 90 sob o modelo neoliberal, com corte de gastos e de investimentos públicos sociais, redução do papel do Estado, privatizações, demissão de servidores, cortes que resultaram em mais exclusão, aumento das taxas de pobreza e de desemprego, mais desigualdade, sem levar o país de volta ao crescimento. Em 2016 esta agenda, ainda mais recrudescida, voltou a ser imposta. Já provamos deste remédio e sabemos que ele não funciona.

A sociedade brasileira não pode ignorar os custos da interrupção do modelo de desenvolvimento com inclusão que estava em curso, muito menos aceitar a desconstrução de direitos duramente conquistados e previstos na Constituição Federal de 1988. O desafio

em 2016 era avançar ainda mais com reformas estruturais que pavimentassem um caminho para um Brasil mais igual. Ao contrário, retroagimos. A aprovação de reformas conservadoras com reflexos imediatos e duradouros terá como consequência inexorável o retorno de graves situações de exclusão.

O caminho mais assertivo e seguro para reverter esse processo é com a volta da democracia. Como alerta Boaventura de Sousa Santos, em recente visita ao Brasil, está em curso, neste momento, um esforço “de varrer da memória dos brasileiros tudo aquilo que foi feito nos últimos 13 anos no sentido de inclusividade”. Defender a democracia é também defender o direito à memória e à informação.

Parte da tarefa da resistência democrática é resgatar e reafirmar o legado dos governos progressistas, e no caso desta publicação, demonstrar seu caráter estratégico na redução de várias faces das desigualdades que marcaram a trajetória dos pobres no Brasil. Esperamos ter contribuído para tal.

Defender a democracia é também defender o direito à memória e à informação

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta escola no ensino médio ou etapa de ensino posterior, por faixa de renda	20
Gráfico 2 – Crescimento da população de 15 a 17 anos que frequenta escola no ensino médio ou etapa de ensino posterior, por faixa de renda	21
Gráfico 3 – Percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta escola no ensino superior (inclusive mestrado e doutorado), por faixa de renda	22
Gráfico 4 – Distribuição da população de 18 a 24 anos que frequenta escola no ensino superior (inclusive mestrado e doutorado), por região	23
Gráfico 5 – Percentual de pessoas de referência de domicílios particulares permanentes com nível fundamental completo, por faixa de renda	24
Gráfico 6 – Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso à água por rede geral, poço ou nascente com canalização interna, por faixa de renda	27
Gráfico 7 – Percentual de domicílios particulares permanentes com escoamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica), por faixa de renda	29
Gráfico 8 – Distribuição de domicílios particulares permanentes com energia elétrica, por faixa de renda	31
Gráfico 9 – Crescimento do número de domicílios particulares permanentes com energia elétrica, por faixa de renda	33
Gráfico 10 – Percentual da população que reside em domicílios com paredes revestidas de alvenaria ou madeira aparelhada, por faixa de renda	36
Gráfico 11 – Déficit de acesso a domicílios com paredes revestidas de alvenaria ou madeira aparelhada para os 5% mais pobres da população	37
Gráfico 12 – Percentual de domicílios particulares permanentes com geladeira ou freezer, por faixa de renda	40
Gráfico 13 – Número de domicílios particulares permanentes que passaram a ter geladeira ou freezer entre 2002 e 2015, por região	41
Gráfico 14 – Percentual de domicílios particulares permanentes com máquina de lavar, por faixa de renda	42
Gráfico 15 – Distribuição da população segundo acesso à máquina de lavar roupas no domicílio, por cor/raça	42
Gráfico 16 – Percentual de pessoas de referência dos domicílios com posse de telefone celular, por faixa de renda	43

Gráfico 17 – Percentual de domicílios particulares permanentes com micro-computador com acesso à internet, por faixa de renda	44
Gráfico 18 – Distribuição da população segundo acesso a microcomputador com internet no domicílio, por cor/raça	45
Gráfico 19 – Percentual da população segundo acesso a microcomputador com internet no domicílio, por cor/raça	45
Gráfico 20 – Distribuição da população de 15 a 17 anos de idade segundo frequência escolar no ensino médio ou etapa posterior de ensino, por cor/raça	48
Gráfico 21 – Distribuição da população de 18 a 24 anos de idade segundo frequência escolar no ensino superior (inclusive mestrado e doutorado), por cor/raça	49
Gráfico 22 – Distribuição das pessoas de referência de domicílios particulares permanentes segundo nível fundamental completo, por cor/raça	50
Gráfico 23 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta escola no ensino médio ou etapa de ensino posterior, por cor/raça	51
Gráfico 24 – Percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta escola no ensino superior (inclusive mestrado e doutorado), por cor/raça	51
Gráfico 25 – Percentual de pessoas de referência de domicílios particulares permanentes com nível fundamental completo, por cor/raça	51
Gráfico 26 – Distribuição das pessoas segundo acesso a escoamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica), por cor/raça	52
Gráfico 27 – Distribuição das pessoas segundo acesso à água por rede geral, poço ou nascente com canalização interna, por cor/raça	52
Gráfico 28 – Distribuição da população segundo acesso à energia elétrica em domicílios particulares permanentes, por cor/raça	53
Gráfico 29 – Percentual de pessoas com acesso à água por rede geral, poço ou nascente com canalização interna, por cor/raça	54
Gráfico 30 – Percentual de pessoas com escoamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica), por cor/raça	54
Gráfico 31 – Percentual de pessoas com energia elétrica, por cor/raça	54
Gráfico 32 – Distribuição da população segundo posse de geladeira ou freezer em domicílios particulares permanentes, por cor/raça	55
Gráfico 33 – Distribuição da população segundo posse de telefone celular em domicílios particulares permanentes, por cor/raça	55
Gráfico 34 – Taxa de mortalidade infantil no Brasil e por região (por 1.000 nascidos vivos)	57

Gráfico 35 – Média anual de atendimentos médicos e de enfermagem por habitante na atenção básica	58
Gráfico 36 – Percentual de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal	59
Gráfico 37 – Média anual de atendimentos médicos e de enfermagem em menores de 1 ano na atenção básica	60
Gráfico 38 – Média anual de atendimentos médicos e de enfermagem em crianças de 1 a 4 anos na atenção básica	60
Gráfico 39 – Variação percentual do rendimento médio domiciliar per capita real entre 2002 e 2015, por quintis de renda	63
Gráfico 40 – Variação percentual do rendimento médio domiciliar per capita real entre 2002 e 2015, por faixas de renda	64
Gráfico 41 – Percentual da população em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil entre 1992 e 2015	65
Gráfico 42 – Percentual da população em situação de pobreza crônica multi-dimensional no Brasil entre 2002 e 2015	69
Gráfico 43 – Percentual da população em situação de pobreza crônica multi-dimensional, por faixa etária	70
Gráfico 44 – Percentual da população em situação de pobreza crônica multi-dimensional, por cor/raça	71
Gráfico 45 – Percentual da população em situação de pobreza crônica multi-dimensional, por região	72
Gráfico 46 – Percentual da população em situação de pobreza crônica multi-dimensional, por situação censitária	72

Lista de autores

- ARAUJO-JORGE, T. et al. Doenças negligenciadas, erradicação da pobreza e Plano Brasil sem Miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia (Orgs.). O Brasil sem Miséria. Brasília, DF: MDS, 2014.
- BANCO MUNDIAL. The State of Social Safety Nets 2015. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/415491467994645020/pdf/97882-PUB-REVISED>>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- CALIXTRE, André; FAGNANI, Eduardo. A política social e os limites do experimento desenvolvimentista (2003 – 2014). Instituto de Economia da Unicamp, Texto para Discussão 295, maio de 2017.
- CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia (Org.). O Brasil sem Miséria. Brasília, DF: MDS, 2014.
- CAMPELLO, Tereza. Desenvolvimento, inclusão social e intersectorialidade: do orçamento participativo ao Brasil sem Miséria. Brasília, 2017.
- CAMPOS, Arnoldo; ALVES, Adriana M. O Programa Água para Todos: ferramenta poderosa contra a pobreza. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia (Org.). O Brasil sem Miséria. Brasília, DF: MDS, 2014.
- FACCHINI et al. Desempenho da atenção básica em beneficiários do Bolsa Família: contribuições à redução de desigualdades em saúde. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo (Orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania: Brasília, DF: IPEA, 2013.
- FAGNANI, Eduardo. Projeto de país, desigualdade e poder da desinformação. Fundação Perseu Abramo, SP, novembro de 2017.
- FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia, Vieira. A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil sem Miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia. (Org.). O Brasil sem Miséria. Brasília, DF: MDS, 2014.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Voices of the Hungry. Disponível em: <www.fao.org/3/a-i4830e.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030. Relatório luz do GTSC para agenda 2030 de desenvolvimento sustentável, Síntese. Brasil, junho de 2017.
- IPEA. Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD-IBGE. Comunicado n. 159. Brasília, DF, 2013.
- IPEA. Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. Comunicado n. 75. Brasília, DF, 2011.
- JAIME, Patrícia C. et al. Desnutrição em crianças de até cinco anos beneficiárias do Programa Bolsa Família: análise transversal e painel longitudinal de 2008 a 2012. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Brasília, DF: MDS, SAGI, n. 17, set. 2014.
- JANNUZZI, Paulo M. et al. Dimensionamento da Extrema Pobreza no Brasil: aprimoramentos metodológicos e novas estimativas. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago;

- COSTA, Patrícia (Orgs.). O Brasil sem Miséria. Brasília, DF: MDS, 2014.
- LOPEZ-CALVA, L.; LACHS, S.; FRUTTERO, A. Medir pobreza crônica no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, DF: MDS, SAGI, n. 21, 2015.
- MACINKO, James; GUANAIS, Frederico; SOUZA, Maria de Fátima Marinho. Evaluation of the impact of the Family Health Program on infant mortality in Brazil, 1990–2002 in Evidence Based Public Health Policy and Practice. New York, 2005.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro. Brasília, DF, 2013.
- ONU MULHERES. Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social. Encarte Brasil baseado no Relatório “O Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016”. Brasília, DF, 2016
- OXFAM BRASIL. A distância que nos une. Um retrato das desigualdades brasileiras. Brasil, 25 de setembro de 2017.
- PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. (2003) Income inequality in the United States 1913-1998. In: Quarterly Journal of Economics 118 (1), p. 1-41.
- RASELLA, D. et al. Impact of the Bolsa Família Program on Maternal Mortality in Brazil: a nationwide longitudinal analysis. (No prelo).
- SANTOS, Leonor M. P. et al. Menor ocorrência de baixo peso ao nascer entre crianças de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo (Orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília, DF: IPEA, 2013.
- SILVEIRA NETO, R. M.; AZZONI, C. R. Os programas sociais e a recente queda da desigualdade regional de renda no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo (Orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília, DF: IPEA, 2013.
- SOUZA, Herculano G. F.; OSÓRIO, Rafael G. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo (Orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília, DF: IPEA, 2013.
- STIGLITZ, Joseph; SEN, Amartya; FITOUSHI, Jean-Paul. Relatório da Comissão sobre a Medida de Desempenho Econômico e Progresso Social, 2009.
- TORRENS A. W. et al. Effectiveness of a conditional cash transfer programme on TB cure rate: a retrospective cohort study in Brazil. Trans R. Soc. Trop. Med. Hyg., v. 110, n. 3, p. 199-206, mar. 2016.



CLACSO

www.clacso.org.ar



www.flacso.org.br